



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Janeiro / Fevereiro de 2010, N.º 61

Ban Ki-moon expõe as suas prioridades para 2011



proferido a 14 de Janeiro.

À frente da sua lista de prioridades, Ban Ki-moon mencionou a acção a favor do desenvolvimento inclusivo e sustentável, apesar da recessão mundial que se faz sentir em todos os cantos do mundo.

Em relação às alterações climáticas, sublinhou os avanços nos domínios da redução das emissões de gases com efeito de estufa, da protecção das florestas, do financiamento, da adaptação e das transferências de tecnologia conseguidos na Conferência de Cancun, no México, no mês passado. "Mais uma vez, existe uma base para

O Secretário-Geral da ONU expôs as suas prioridades para 2011, num discurso perante os 192 Estados-membros da Assembleia Geral,

irmos mais longe", disse. "Demos o exemplo, passando à acção".

Quanto à terceira prioridade estratégica – o empoderamento das mulheres – prometeu promover a igualdade de género, combater a violência contra as mulheres e aumentar o número de mulher em altos cargos no seio da da ONU.

Referindo-se à quarta prioridade – promover um mundo mais seguro - Ban Ki-moon citou os esforços desenvolvidos pela ONU para garantir a estabilidade e a democracia na Costa do Marfim e o trabalho realizado no Sudão, para pôr fim aos conflitos no Darfur e no Sul do país.

A quinta e a sexta prioridades têm que ver com a promoção dos direitos humanos e a melhoria da resposta às grandes crises humanitárias. Manter o ímpeto em matéria de desarmamento e de não proliferação nuclear constitui a sétima prioridade.

Por último, o Secretário-Geral prometeu reforçar as Nações Unidas, construindo uma organização mais moderna, mais flexível e, por conseguinte, mais capaz de superar os desafios do século XXI.

"Como tenho dito frequentemente, no mundo complicado e complexo de hoje, os progressos não se realizam da noite para o dia. Vêm por etapas, algumas das quais são mais longas do que outras. Mas o essencial é continuarmos a avançar, com uma determinação inquebrantável, com uma diplomacia tenaz. Podeis contar comigo. Não há dúvida de que o mundo necessita de uma ONU mais forte".

[Para mais informações](#)

Editorial — Afsané Bassir-Pour, Directora



"Foram necessários quatro anos de trabalho esforçado para realizar os sonhos de milhões de mulheres e raparigas..." Foi com estas palavras que Michelle Bachelet anunciou a criação de uma nova entidade das Nações Unidas dedicada às mulheres e às raparigas. Michelle Bachelet, que foi Presidente do Chile, é a primeira Directora Executiva da ONU Mulheres e lembrou-nos que a sua experiência tem demonstrado que "não há limites para aquilo que as mulheres podem fazer".

Foram necessários quatro anos de trabalho esforçado para realizar os sonhos de milhões de mulheres e raparigas, para ter nas Nações Unidas uma "defensora" mundial capaz de conduzir os esforços para tornar realidade as esperanças de um mundo melhor das mulheres e das raparigas.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon agradeceu à comunidade de ONG "cujas actividades incansáveis de sensibilização conduziram à criação da ONU Mulheres".

Quando celebrarmos este ano o Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, teremos, pois, um novo organismo.

A fim de participar na celebração da mulher e na defesa dos seus direitos, o UNRIC, em parceria com os gabinetes das Nações Unidas nos 48 países da Europa e com os principais jornais do continente, vai lançar uma nova campanha de sensibilização denominada "Cria para a ONU". Pedimos a todos os cidadãos europeus, profissionais e não profissionais, que se juntem a nós e participem nesta campanha criando um anúncio que diga "Não à violência contra as mulheres".

Decidimos lançar o concurso de 2011 por termos constatado o êxito da campanha do ano passado sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o entusiasmo com que a comunidade criativa europeia aderiu a ela.

Ajudem-nos a passar palavra usando o logótipo e sensibilizando outras pessoas para esta questão fundamental, porque cerca de 70% das mulheres já foram vítimas de uma forma qualquer de violência durante a sua vida. Isto é inaceitável e não é inevitável. Juntem-se às Nações Unidas dizendo "Não à violência contra as Mulheres".

O encontro está marcado para 8 de Março em:

www.Create4theUN.eu

Nações Unidas celebram lançamento histórico da nova organização ONU Mulheres



Considerando que o lançamento era a primeira de várias etapas decisivas na procura mundial da igualdade de género, Michelle Bachelet, Directora Executiva da ONU Mulheres, sublinhou que a decisão de criar a nova entidade revela a frustração geral em relação à lentidão das mudanças.

A ONU celebrou, a 24 de Fevereiro, o lançamento histórico da sua organização mais recente, a ONU Mulheres, formalmente denominada Entidade para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres.

"Com o nascimento da ONU Mulheres, saudamos um novo agente poderoso de progressos no domínio da igualdade de género e do empoderamento das mulheres", afirmou o Secretário-Geral Ban Ki-moon. "Os desafios são grandes, mas estou convencido de que, com a nova energia, a nova dinâmica e a nova autoridade da ONU Mulheres, os venceremos. A verdadeira igualdade de género será o nosso legado comum ao século XXI".

"Pensem no que será possível fazer quando as mulheres estiverem plenamente autonomizadas como agentes activos de mudança e de progresso no seio das suas comunidades", explicou Michelle Bachelet. "Historicamente, estamos num período de grande potencial e grandes mudanças para as mulheres. É agora que devemos aproveitar a oportunidade para agir".

A ONU Mulheres irá ajudar os países a avançarem na direcção da igualdade de género nos planos económico e político e a pôr termo ao fenómeno mundial da violência contra as mulheres.

CANTO DA RÁDIO ONU: Entrevista com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado (páginas 20-21).

Advertindo do perigo de "suicídio mundial", Ban Ki-moon apela a uma revolução para garantir desenvolvimento sustentável

O Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu uma "acção revolucionária" para se alcançar o desenvolvimento sustentável, advertindo que o consumo desenfreado de recursos, durante o século passado, representa um "pacto de suicídio mundial" e que já não resta muito tempo para se conseguir um modelo económico que garanta a sobrevivência.

"Permitam-me que destaque o recurso que mais escasseia: o tempo", disse Ban Ki-moon, ao discursar no Fórum Económico Mundial em Davos, na Suíça, numa sessão dedicada à redefinição de desenvolvimento sustentável. "Já nos resta pouco tempo. Tempo para combater as alterações climáticas. Tempo para garantir um crescimento verde, resiliente ao clima e sustentável. Tempo para lançar uma revolução das energias limpas".

Dizendo que o desenvolvimento sustentável é a prioridade do crescimento para o século XXI, Ban Ki-moon enumerou uma longa lista de erros no domínio do desenvolvimento, baseados numa falsa crença na abundância infinita dos recursos naturais que impulsionou a economia no século passado.

"Minámos o caminho que conduz ao crescimento", declarou. "Queimámos os nossos recursos para alcançar a prosperidade. Acreditámos no consumo sem consequências. Esse tempo já lá vai. No século XXI, os recursos começam a esgotar-se e a temperatura está a subir no termómetro mundial".

"As alterações climáticas também nos estão a mostrar que o nosso antigo modelo não é apenas obsoleto. Tornou-se extremamente perigoso. É um modelo que, com o tempo, só pode gerar catástrofes nacionais. É um pacto de suicídio mundial".

Tudo isto necessita agora de ser repensado para garantir o desenvolvimento equilibrado que irá arrancar as pessoas da pobreza, protegendo simultaneamente o planeta e os ecossistemas que apoiam o crescimento económico, disse o Secretário-Geral aos Chefes de Estado e de Governo, economistas internacionais, líderes de empresas e da indústria, e representantes da sociedade civil.

[Para mais informações](#)

Ban Ki-moon define prioridades em matéria de protecção humana



O Secretário-Geral Ban Ki-moon afirmou, a 2 de Fevereiro, que as Nações Unidas devem cumprir o seu dever de proteger mais eficazmente os povos contra as catástrofes naturais ou causadas pelo homem, sublinhando que, quando os Estados soberanos não realizam essa tarefa, a comunidade internacional deve intervir.

"Os fundadores das Nações Unidas compreenderam que a soberania confere responsabilidade, a responsabilidade de proteger os seres humanos da situação de carência, da guerra e da repressão", afirmou num discurso na Universidade de Oxford, no Reino Unido. "Quando essa responsabilidade não é cumprida, a comunidade internacional está moralmente obrigada a considerar ser seu dever agir".

Ban Ki-moon fez da responsabilidade de proteger um traço característico do seu mandato, tendo afirmado, num seminário sobre prevenção do genocídio, em Dezembro, que a prevenção é uma responsabilidade mundial – quando os Estados não protegem as suas populações, a comunidade internacional deve agir.

Na Universidade de Oxford, a 2 de Fevereiro, lembrou que, na Cimeira Mundial da ONU de 2005, os chefes de Estado e de governo adoptaram o princípio da responsabilidade de proteger, para prevenir o genocídio, os crimes de guerra, a limpeza étnica e os crimes contra a humanidade.

"A crescente aceitação política da responsabilidade de proteger é um bom augúrio para o futuro da protecção humana. Antes de ter assumido as funções de Secretário-Geral, prometi traduzir essas palavras em actos. Alguns Estados-membros têm tratado o documento de 2005 como o fim, e não o princípio, em grande parte devido aos receios que as suas implicações suscitam."

"Esses Estados põem a fasquia tão alta que a aplicação da responsabilidade de proteger se torna praticamente impossível".

"Segundo a minha doutrina, os nossos esforços para prevenir esses crimes terríveis assentam em três pilares: primeiro, na responsabilidade dos Estados; em segundo lugar, na responsabilidade internacional de ajudar os Estados a cumprirem esse dever; e, em terceiro, caso as autoridades nacionais não protejam manifestamente os seus cidadãos, numa resposta oportuna e decisiva, nomeadamente ao abrigo do Capítulo VII da Carta, se o Conselho de Segurança considerar essa medida necessária".

[Para mais informações](#)

Ban Ki-moon apela ao sector privado, para que ajude a lutar contra doenças não transmissíveis

Numa altura em que as doenças não transmissíveis como o cancro e as doenças cardiovasculares representam 60% do total de mortes no mundo, o Secretário-Geral Ban Ki-moon apelou aos dirigentes do sector privado, para que ajudem a lutar contra essas doenças que deverão registar um aumento de 50%, nos países em desenvolvimento, até 2030.

"Não podemos permitir que as doenças crónicas acentuem ainda mais os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam, sobretudo quando conhecemos as soluções", afirmou o Secretário-Geral, numa sessão plenária do Fórum Económico Mundial, em Davos, na Suíça, dedicada à luta contra essas doenças, que matam 35 milhões de pessoas por ano, das quais 50% têm menos de 70 anos.

"Queremos trabalhar mais estreitamente com as empresas farmacêuticas para tornar os medicamentos mais baratos e acessíveis. Mas devemos também conseguir que as empresas reduzam as quantidades de sal, de ácidos gordos e de açúcar, sejam mais responsáveis no marketing de produtos destinados às crianças e forneçam informações exactas sobre os seus produtos. E

praticamente todas as indústrias podem ajudar a reduzir a poluição e a promover estilos de vida saudáveis", acrescentou.

"A Assembleia Geral organizará uma Reunião de Alto Nível sobre a Prevenção e o Controlo das Doenças Não Transmissíveis, no próximo mês de Setembro, em Nova Iorque, na qual participarão chefes de Estado e de Governo. Para que seja um êxito, são necessárias parcerias público-privadas", disse Ban Ki-moon. "Isso exige uma visão política e a mobilização de recursos em todos os sectores, em todos os ministérios e em todo o mundo. É necessário que as empresas – e não só a indústria da saúde – se empenhem a fundo", acrescentou.

"Antes, as doenças crónicas eram consideradas um problema do «homem rico»", sublinhou o Secretário-Geral. "Agora, já não é assim. Os estilos de vida pouco saudáveis são agora globais – 85% das pessoas que morrem devido a doenças não transmissíveis vivem no mundo em desenvolvimento".

[Para mais informações](#)

MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

[Dia Internacional de Comemoração em Memória das Vítimas do](#)

[Holocausto](#)
(27 de Janeiro)

[Semana Mundial da Harmonia Interconfessional](#)

(1 de Fevereiro de 2011)

[Dia Mundial da Justiça Social](#)

(20 de Fevereiro de 2011)

Assembleia Geral conclui primeira parte dos seus trabalhos, determinada a reforçar o papel da ONU na governação mundial

Ao abrir a primeira parte dos trabalhos da 65ª sessão da Assembleia Geral, o Presidente da sessão, Joseph Deiss (Suíça), insistiu em que “a Assembleia Geral deve ser o local de convergência das forças e das instituições chamadas a criar e assumir a governação mundial”. Devemos defender uma ONU mais forte, inclusiva e aberta, declarou.



Ao longo dessa primeira parte, a Assembleia Geral foi repetidamente exortada a reutilizar o seu capital político e o facto de ser quase universal para recuperar a sua preeminência e dar nova vida aos princípios que levaram à sua fundação: a paz e a segurança, a amizade entre as nações e a cooperação internacional.

Em 2010, o debate geral da Assembleia foi precedido ou seguido de Reuniões de Alto Nível sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o seguimento da Estratégia da

Maurícia sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o Ano Internacional da Biodiversidade.

No primeiro dia do debate geral (23 de Setembro), o Secretário-Geral Ban Ki-moon lamentou a “nova política de polarização” segundo a qual “alguns insistem em estabelecer divisões artificiais entre «eles» e «nós» e recusam qualquer compromisso”. Para a ONU, segundo o Secretário-Geral, a via a seguir é o “espírito da governação mundial”.

Entre os momentos mais marcantes desses primeiros três meses, há que salientar o facto de, ao tomar nota do relatório da sua Comissão de Poderes, a Assembleia ter reconhecido a delegação costa-marfinense nomeada pelo Presidente eleito, Alassane Ouattara.

A Assembleia adoptou também um resolução, procedente da Terceira Comissão, em que exige que todos os Estados tomem as medidas necessárias para pôr fim à prática das execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias.

Nos termos de um texto recomendado pela sua Primeira Comissão, a Assembleia expressou a esperança de que o novo Tratado START, assinado pelos Estados Unidos e a Federação Russa, incentive outros progressos no domínio do desarmamento nuclear.

Conforme recomendado pela sua Quarta Comissão, decidiu prorrogar até 30 de Junho de 2014 o mandato do Gabinete de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).

No plano administrativo, a Assembleia seguiu as recomendações da sua Quinta Comissão relativas à reforma da gestão dos recursos humanos da ONU.

Pronunciou-se também, por recomendação da sua Sexta Comissão, sobre os trabalhos da Comissão de Direito Internacional, que adoptou a título provisório 59 projectos de directivas sobre “reservas aos tratados”.

A Assembleia adoptou o texto inédito da sua Segunda Comissão sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento.

Lançados a 17 de Setembro de 2010, os trabalhos do Plenário, que decorreram em 73 sessões, incidiram sobre 41 pontos da ordem do dia e conduziram à adopção de cerca de 30 resoluções.

[Ver também comunicado de imprensa GA/11045 de 28/12/2010](#)

Assembleia Geral sublinha necessidade de investir em medidas de atenuação dos efeitos das catástrofes

Após um ano (2010) em que os terremotos, as vagas de calor, as cheias e as tempestades de neve afectaram 208 milhões de pessoas, mataram cerca de 300 000 e causaram perdas no valor de 110 mil milhões de dólares, a Assembleia Geral da ONU realizou um debate durante o qual foram discutidas medidas de atenuação dos efeitos das catástrofes, como construir escolas, hospitais e cidades mais seguros.



“Precisamos de aprender com as cidades e países que mostraram como se podem reduzir os riscos”, disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon, na abertura da sessão que reuniu altos funcionários das Nações Unidas, parceiros da sociedade civil e presidentes de câmara. “A experiência e o bom-senso aconselham o mesmo: temos de investir hoje, para um amanhã melhor”.

Ban Ki-moon enumerou a longa lista de catástrofes naturais ocorridas no ano passado – tremores de terra no Haiti, no Chile e na China, cheias no Paquistão e na Europa, incêndios florestais na Rússia e nos Estados Unidos, ciclones e tempestades tropicais na Ásia. “Não houve

praticamente um dia sem vidas devastadas, casas demolidas, pessoas deslocadas e esperanças destruídas”, disse.

Para o Secretário-Geral, todas essas mortes devido a catástrofes naturais “poderiam ter sido evitadas”. “É possível salvar vidas preparando-se, construindo escolas, casas, hospitais, cidades que resistam a esses riscos”, insistiu, antes de sublinhar que a redução de riscos teria de futuro “um papel cada vez mais importante”, pois “as alterações climáticas e os fenómenos meteorológicos extremos serão cada vez mais frequentes e intensos”.

O Secretário-Geral referiu ainda que os países que mais integravam a redução de riscos nas suas políticas de desenvolvimento eram os que se encontravam em melhores condições para resistir e preservar os avanços no domínio do desenvolvimento, como aconteceu com a Austrália, que só sofreu perdas limitadas após a passagem do furacão Yasi, apesar de ter sido um dos mais violentos que o país enfrentou.

“Quanto melhor os governos, os organismos da ONU, as organizações, o sector privado e a sociedade civil compreenderem os riscos e a vulnerabilidade, mais preparados estarão para fazer face às catástrofes quando ocorrem - e irão seguramente ocorrer”, declarou o Secretário-Geral.

Por sua vez, o Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss, considerou que a redução de riscos de catástrofe era “crucial para consolidar os avanços na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e alcançar o desenvolvimento sustentável”.

Tal como Ban Ki-moon, Joseph Deiss sublinhou que “nos países em desenvolvimento, onde as infra-estruturas são raras e a capacidade de resposta limitada, anos, por vezes décadas, de desenvolvimento económico são subitamente destruídos, perpetuando o ciclo de subdesenvolvimento, de pobreza e de falta de autonomia”. Considerando que a “redução da vulnerabilidade” deveria figurar entre as principais prioridades da comunidade internacional, congratulou-se com os avanços na implementação, a nível nacional, regional e global, do Quadro de Acção de Hyogo.

Adoptado em 2005, em Hyogo, uma região japonesa cuja principal cidade, Kobe, foi atingida por um forte sismo, em 1995, o Quadro de Acção é, hoje, o principal instrumento de redução de riscos da comunidade internacional. Implementado pela Estratégia Internacional de Redução de Riscos de Catástrofe, estabelece prioridades, define directrizes e oferece meios práticos aos países e colectividades vulneráveis, para que reforcem a sua resiliência.

Para o Presidente da Assembleia Geral, são necessários esforços adicionais para que “a urbanização rápida, conjugada com a degradação dos ecossistemas e a debilidade das infra-estruturas, deixe de acentuar a vulnerabilidade das comunidades”.

“O nosso objectivo, ao organizar este debate temático, é incentivar ainda mais a mobilização da comunidade internacional a favor da redução de riscos de catástrofe”.

África, Médio Oriente e Iraque no centro das actividades do Conselho de Segurança num ano em que a protecção de civis assumiu importância crescente

As crises em África, no Médio Oriente, o fim do programa “Petróleo em troca de alimentos” e novas sanções contra o Irão dominaram as actividades do Conselho de Segurança, num ano em que a protecção de civis, em especial das mulheres, em período de conflito armado assumiu uma importância crescente.

No total, o Conselho convocou 182 reuniões públicas, em comparação com as 171 realizadas em 2009, tendo 79 incidido sobre África. Também em 2010, adoptou 59 resoluções e emitiu 30 declarações da Presidência. Procurou encontrar consensos, como demonstra o facto de apenas seis resoluções terem sido submetidas a votação e de nenhuma ter suscitado o veto de um membro permanente.

O ano começou por ser marcado pelo terrível tremor de terra que devastou o Haiti, a 12 de Janeiro. O Conselho aprovou a recomendação do Secretário-Geral sobre o aumento dos efectivos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), tendo em vista apoiar os “esforços imediatos de recuperação, reconstrução e estabilização” do país.

Entre as principais decisões tomadas em 2010 contam-se o fim do programa “Petróleo em troca de alimentos” e o levantamento das restrições relativas às armas de destruição maciça e às actividades nucleares civis impostas ao Iraque, há 20 anos.

A 9 de Junho, perante a recusa de cumprimento das exigências da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), por parte do Irão, o Conselho adoptou uma nova série de sanções contra este país.

Graças, em particular às exposições mensais do Secretariado, o Conselho acompanhou regularmente a situação no Médio Oriente, incluindo a Palestina. O maior número de sessões públicas do Conselho foi precisamente dedicado à questão da Palestina.

África, a que foram consagradas 79 reuniões, foi, mais uma vez, o domínio privilegiado de acção do Conselho, que ali enviou duas missões – uma à República Democrática do Congo (RDC), em Maio, e outra ao Sudão, em Outubro.

A atenção do Conselho concentrou-se especialmente no Sudão, que se preparava para negociar “uma viragem crítica na sua história”, com a organização, em Janeiro de 2011, de dois referendos sobre a autodeterminação do Sul do Sudão e da região de Abyey, e no Darfur, onde a violência prosseguiu, levando a deslocações das populações.

A situação na Costa do Marfim, que se agravou com uma crise política no final do ano, após as eleições presidenciais, mobilizou uma grande parte das actividades do Conselho, que se reuniu publicamente 12 vezes sobre este ponto da sua ordem de trabalhos.

A Somália, onde, apesar de alguns avanços políticos, o Governo de transição continuou cercado e a pirataria continuou a grassar ao longo das costas, foi igualmente uma fonte de preocupação constante.

Na RDC, que entrou numa “nova fase”, o Conselho procedeu a uma reconfiguração da presença das Nações Unidas, transformando a MONUC na Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). Os desafios mantiveram-se ligados às dificuldades enfrentadas no Leste do país.



A Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT) terminou a 31 de Dezembro, a pedido do Governo do Chade. Devem-se-lhe algumas “realizações notáveis”, ao ter contribuído para a segurança dos refugiados, dos deslocados e dos actores humanitários no Leste do Chade bem como para o reforço da capacidade do Destacamento Integrado de Segurança (DIS).

O Conselho de Segurança levantou as sanções impostas à Serra Leoa em 1998, pediu ao Secretário-Geral que criasse, por um período inicial de 12 meses, a partir de 1 de Janeiro de 2011, o Gabinete das Nações Unidas no Burundi (BNUB), encarregado de apoiar os progressos alcançados nos últimos anos em matéria de consolidação da paz, de democracia e de desenvolvimento.

No que se refere à Ásia, o Conselho decidiu que o mandato da Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN) deveria terminar a 15 de Janeiro de 2011, conforme solicitado pelo Governo nepalês.

O Afeganistão, que foi visitado por uma delegação do Conselho, no mês de Junho, foi alvo de atenção prioritária, por ocasião de duas etapas essenciais da democratização do país: a Conferência de Cabul de 20 de Julho e as eleições legislativas de 18 de Setembro.

A reforma do sector da segurança continuou a ser uma prioridade em países em situações pós-conflito, como Timor-Leste e a Serra Leoa.

Em muitos conflitos – em especial na RDC, no Afeganistão e na Somália, mas também noutros lugares do mundo – a continuação do sofrimento dos civis, em particular os efeitos da violência sexual, foi uma causa de profunda

preocupação, expressa em sete reuniões sobre os seguintes pontos da ordem de trabalhos do Conselho: “Mulheres, paz e segurança”, “Crianças em Conflitos Armados” e “Protecção de Civis”. Margot Wallström, Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos Armados, sublinhou, numa reunião em Abril, que a protecção dos civis contra a violência sexual e o caos ligados a conflitos é uma parte integrante dos trabalhos do Conselho.

Aumentar a eficácia das estratégias de protecção das Nações Unidas assumiu particular importância depois de a comunidade internacional ter ficado horrorizada com a violação de centenas de habitantes do Leste da RDC, em finais de Julho e princípios de Agosto.

O parecer do Tribunal Internacional de Justiça segundo o qual a declaração de independência pronunciada pelas autoridades de Pristina não constituía uma violação do direito internacional alimentou os debates, por vezes animados, que o Conselho reservou à questão do Kosovo, ao longo do ano.

Em matéria de justiça internacional, o Conselho criou, em 2010, o Mecanismo Internacional encarregado de exercer as funções residuais dos Tribunais Penais Internacionais para a Antiga Jugoslávia e para o Ruanda.

A 26 de Outubro, mais de 90 oradores – um número sem precedentes – participaram numa sessão do Conselho por ocasião do décimo aniversário da adopção da resolução 1325 (2000) sobre mulheres, paz e segurança. A sessão foi presidida pela Secretária de Estado norte-americana, Hillary Rodhman Clinton e contou com a participação de Michelle Bachelet, antiga Presidente do Chile, nomeada Secretária-Geral Adjunta responsável pela recém-criada ONU Mulheres. Numa mensagem vídeo, o Secretário-Geral apelou ao Conselho para que tomasse as medidas apropriadas para pôr fim à impunidade de que beneficiam, com demasiada frequência, os autores de crimes sexuais cometidos durante conflitos armados. O Conselho declarou-se disposto a impor sanções aos perpetradores persistentes.

Aumentar a capacidade de protecção foi também um tema importante durante a Cimeira de 23 de Setembro sobre as actividades de manutenção de paz do Conselho. Tendo contado com a presença de nove chefes de Estado e de Governo e seis ministros, a reunião sublinhou a importância da diplomacia preventiva e da integração da manutenção e da consolidação da paz.

[Ver também comunicado de imprensa SC/10147 de 7/01/2011 \(em inglês\)](#)

Conselho de Segurança reconhece necessidade de tomar em consideração dimensões socioeconómicas dos conflitos para facilitar transição para a paz

O Conselho de Segurança sublinhou, a 11 de Fevereiro, que a segurança e o desenvolvimento estavam estreitamente ligados, eram independentes e constituíam condições essenciais para instaurar uma paz sustentável.

Num debate, marcado pela participação de cerca de sessenta delegações, nove das quais a nível ministerial, os membros do Conselho reconheceram que, para ajudar um país a reencontrar a paz, é necessário tomar em consideração as dimensões económica, social e política dos conflitos.

Numa declaração lida por António Patriota, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que presidiu à sessão, o Conselho afirma igualmente que a apropriação dos seus interesses, por parte dos Estados, e o exercício das suas responsabilidades são condições essenciais de uma paz sustentável.

“A paz, a segurança o desenvolvimento são interdependentes”, afirmou o Secretário-Geral Ban Ki-moon, na abertura do debate.

Por sua vez, António Patriota sublinhou que uma paz sustentável implica uma abordagem global da segurança. “Sem oportunidades económicas, o desarmamento, desmobilização e reintegração das facções rebeldes raramente produzem os resultados desejados”, disse. “Podemos fazer mais e devemos melhorar a nossa acção”.

Tanto o Conselho como o Secretário-Geral salientaram que as mulheres podem desempenhar um papel fundamental e devem ser incluídas nas

negociações, nos processos de paz e no desenvolvimento económico.

Enumerando os domínios em que a Organização deve intensificar os seus esforços para garantir “abordagens verdadeiramente integradas e em que a segurança e o desenvolvimento se reforcem mutuamente”, Ban Ki-moon citou a necessidade de gerir melhor o processo de redução dos efectivos e de retirada das operações de manutenção da paz e de assegurar uma transferência sem interrupções de certas tarefas para as equipas de país da ONU e outros intervenientes no desenvolvimento.



Pediu também medidas inovadoras para criar e reforçar instituições nacionais em países frágeis e sublinhou a necessidade de prestar mais atenção à relação entre alterações climáticas, segurança e desenvolvimento.

“Tal como a ausência de desenvolvimento pode alimentar as chamas do conflito, os progressos económicos e sociais podem ajudar a evitá-lo e a

garantir a paz”, declarou Ban Ki-moon. “Um desenvolvimento sustentado com uma ampla base de implantação pode ajudar a combater as causas profundas de conflito, graças a medidas como assegurar uma partilha equitativa das riquezas, um maior acesso a terras agrícolas e o reforço da governação e da justiça para todos”.

Ao usar da palavra durante o debate, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, citou o exemplo da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) para ilustrar o facto de uma operação que liga inequivocamente a segurança ao desenvolvimento garantir também o êxito dos esforços realizados ao nível das instituições e dos indivíduos. Recordando a Parceria Estratégica entre a União Europeia e a União Africana, assinada em Lisboa, em 2007, considerou que essa convergência entre vontade política e disponibilização de recursos é crucial para responder às necessidades dos Estados frágeis, não só em África mas também noutros continentes.

Luís Amado focou também a Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento, de que destacou dois elementos: a promoção do papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, em particular como agentes de desenvolvimento, e a promoção do emprego dos jovens.

[Ver também comunicado de imprensa SC/10172 de 11/02/2011](#)

Conselho de Segurança sublinha importância decisiva do reforço das instituições dos países no pós-conflito

Numa declaração lida pelo seu Presidente em Janeiro, Ivan Barbalic, da Bósnia-Herzegovina, o Conselho de Segurança destacou, no final de um debate em que participaram mais de 40 delegações, a importância da “apropriação nacional” no quadro do desenvolvimento da “infra-estrutura institucional, um elemento crítico da consolidação da paz”, em países saídos de um conflito.



Através dessa declaração presidencial, o Conselho “sublinha que a consolidação da paz é, antes do mais, uma responsabilidade dos governos e dos actores nacionais competentes, nomeadamente a sociedade civil, e que a ONU pode ter um papel decisivo, ajudando-os a desenvolver as suas instituições”.

Na declaração, o Conselho pede uma resposta nacional e internacional “mais eficaz e coerente”, para que os países que saíram de um conflito possam exercer funções governativas essenciais

como garantir a segurança, gerir os diferendos políticos de uma forma pacífica, proteger as suas populações, revitalizar a economia e fornecer serviços básicos.

“O reforço das instituições deveria começar cedo e ser apoiado não só durante anos mas durante décadas”, afirmou o Secretário-Geral Ban Ki-moon, no início da sessão. “Infelizmente, o apoio internacional ao reforço das instituições tem tido resultados heterogénos. Podemos melhorar a nossa acção”.

“As instituições podem ser decisivas para apoiar a paz e reduzir o risco de regresso à violência. A criação de instituições legítimas e eficazes que respeitem e promovam os direitos humanos pode, por conseguinte, ser um elemento fulcral dos esforços globais de consolidação da paz”.

A consolidação da paz adquiriu um novo ímpeto no contexto das reformas da ONU em 2005, ano em que o Conselho e a Assembleia Geral agiram concertadamente para criar uma Comissão de Consolidação da Paz constituída por 31 membros, a fim de impedir que os países saídos de um conflito voltassem a mergulhar no caos.

Ban Ki-moon referiu três importantes lições que devemos ter em conta nos nossos esforços colectivos.

“Em primeiro lugar, precisamos de reforçar a apropriação e a liderança nacionais e desenvolver as instituições já existentes”, disse. “Só os actores nacionais podem criar instituições capazes de responder e que sejam inclusivas, utilizando o seu conhecimento do contexto, recorrendo às instituições que já existem e identificando as causas profundas dos conflitos”. Pediu sistemas mais ágeis, incluindo parcerias mais fortes.

Em segundo lugar, alertou para o perigo de uma solução única aplicável a todos, referindo que tentar impor modelos estrangeiros pode prejudicar, em vez de ajudar.

Por último, Ban Ki-moon sublinhou que o reforço das instituições deveria manter-se durante um longo período, embora seja necessário, a curto prazo, realizar progressos tangíveis em certas áreas prioritárias, tendo em vista restabelecer a confiança e aumentar a legitimidade das instituições nacionais, nomeadamente no que se refere a garantir a segurança, aumentar o acesso à justiça e alargar os serviços de saúde e educação.

[Ver também comunicado de imprensa SC/10160 de 21/01/2011](#)

Ban Ki-moon diz que ONU está pronta a ajudar a Tunísia a realizar eleições credíveis

No discurso proferido a 30 de Janeiro, na Cimeira da União Africana (UA) em Adis Abeba, o Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu apoio para a criação de um governo interino na Tunísia.

“Nós, na ONU, teremos muito prazer em ajudar o povo da Tunísia a escolher livremente os seus dirigentes através de eleições atempadas e credíveis”.

A agitação social obrigou o Presidente Zine El Abidine Bel Ali a fugir do país, depois de o povo sair à rua em protesto, por vezes violento, contra a subida dos preços dos bens essenciais, a falta de oportunidades de emprego, a corrupção e as restrições às liberdades e garantias fundamentais.

A 17 de Janeiro, o Secretário-Geral Ban Ki-moon exortou o Governo e

todas as partes interessadas a garantirem um pronto restabelecimento do Estado de direito e a respeitarem as aspirações do povo e a submeterem-se a elas.

“A Tunísia tem de recuperar a sua estabilidade o mais rapidamente possível, para seguir o caminho do desenvolvimento e da prosperidade”, asseverou, acrescentando que os acontecimentos recentes põem em relevo o imperativo de satisfazer as necessidades sociais e económicas da população.

O Secretário-Geral instou também a comunidade internacional a apoiar os esforços para restabelecer uma verdadeira democracia no país.

Costa do Marfim: mantém-se impasse enquanto Conselho de Segurança autoriza prolongamento da presença de capacetes azuis suplementares



Prossegue a crise política em a Costa do Marfim mergulhou no início de Dezembro, quando o Presidente cessante, Laurent Gbagbo, se recusou a abandonar o cargo, apesar da vitória, certificada pela ONU, do líder da oposição, Alassane Ouattara, na segunda volta das eleições.

Perante esta situação, o Conselho de Segurança decidiu prolongar por três meses a transferência temporária de unidades de manutenção da paz das Nações Unidas para a Costa do Marfim. Aquele órgão renovara já, a 20 de Dezembro, o mandato da Operação das Nações Unidas neste país (ONUCI) até final de Junho deste ano, rejeitando, assim, um pedido de Laurent Gbagbo no sentido de que a missão da ONU abandonasse o país. E, em Janeiro, reforçara a ONUCI com mais 2000 capacetes azuis procedentes da UNMIL.

A 22 de Fevereiro, no segundo dia da visita a Abidjan da delegação de chefes de Estado da União Africana (UA) encarregada de propor uma solução para a crise pós-eleitoral, a ONUCI condenou vivamente “o

grau de violência atingido nos últimos dias durante manifestações organizadas na cidade de Abidjan e arredores”.

“Ao mesmo tempo que condena a utilização desproporcionada da força, nomeadamente o recurso a armas pesadas, que provocou dezenas de mortos e feridos, a ONUCI exorta todas as partes a darem prova de contenção no momento em que estão em curso esforços políticos e diplomáticos ao mais alto nível para encontrar uma saída pacífica para a crise pós-eleitoral costa-marfinense”, declara a força da ONU, num comunicado.

A delegação da UA, composta pelos presidentes Idriss Deby Itno (Chade), Jikaya Kikwete (Tanzânia), Jacob Zuma (África do Sul) e Mohamed Ould Abdel Aziz (Mauritânia), chegou, na segunda-feira, à Costa do Marfim, e encontrou-se, no dia 22, com Alassane Ouattara, no Hotel du Golf, em Abidjan, onde se encontra refugiado desde Novembro, cercado pelas forças leais a Laurent Gbagbo, mas protegido por capacetes azuis da ONUCI. Na véspera, a delegação mantivera conversações com Laurent Gbagbo.

A 14 de Fevereiro, o Representante Especial da ONU, Y.J. Choi, sublinhou que os soldados da paz da ONU na Costa do Marfim são essenciais para evitar um eventual recomeço da guerra civil.

Egipto: Secretário-Geral da ONU exorta a uma transição pacífica



Numa declaração emitida pelo seu porta-voz, na noite anterior, Ban Ki-moon sublinhou que cabia ao povo egípcio determinar o seu futuro.

“A voz do povo egípcio, especialmente a dos jovens, foi ouvida e cabe-lhes agora determinar o futuro do seu país”, afirmou hoje.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon exortou, a 11 de Fevereiro, a uma transição transparente, ordeira e pacífica no Egipto, depois de ter sabido da decisão do Presidente Hosni Mubarak de abandonar o poder, após semanas de manifestações antigovernamentais, e louvou o povo egípcio por fazer ouvir a sua voz.

“Neste momento histórico, reitero o meu apelo, feito ontem, a uma transição transparente ordeira e pacífica que satisfaça as aspirações legítimas do povo egípcio e inclua eleições livres, justas e credíveis que conduzam a um estabelecimento rápido do poder civil”.

“Exorto as autoridades de transição a traçarem um rumo claro, com a participação de todas as partes interessadas”, acrescentou.

“Louvo o povo egípcio pela forma pacífica, corajosa e ordeira como exerceu os seus direitos legítimos. Exorto todas as partes a prosseguirem no mesmo espírito”.

Acrescentou que é vital que os direitos humanos e as liberdades civis sejam plenamente respeitados e que seja garantido um diálogo genuíno e inclusivo, e reiterou a disponibilidade da ONU para prestar assistência ao país.

Sudão: após o referendo, a ONU exorta à consolidação da paz



Após a votação maciça dos naturais do Sul do Sudão a favor da independência, o Representante Especial da ONU no Sudão, Haile Menkerios, congratulou-se com a decisão do Presidente sudanês, Omar al-Bashir, de aceitar esse resultado e exortou os dirigentes do Norte e do Sul a reforçarem a paz.

Segundo os resultados oficiais do referendo, uma maioria esmagadora dos naturais do Sul do Sudão (98,83%) votou a favor da secessão. “No dia do anúncio dos resultados, o Presidente al-Bashir assinou um decreto confirmando que o seu Governo aceitava esses resultados como sendo a expressão legítima da vontade do povo do Sul do Sudão, mostrando, assim, que o Governo do Sudão estava disposto a reconhecer a independência do Sul do Sudão a 9 de Julho de 2011, no fim do período de transição previsto no Acordo de Paz

Global”, sublinhou Haile Menkerios, numa exposição perante os membros do Conselho de Segurança da ONU.

“Gostaria de aproveitar esta oportunidade para sublinhar o significado histórico destes acontecimentos. Contra todas as expectativas, o Governo nacional do Sudão não só contribuiu para a organização bem sucedida do referendo sobre a autodeterminação do Sul do Sudão, como o Presidente al-Bashir e o Partido Nacional do Congresso reconheceram formalmente a validade e legitimidade dos resultados”, acrescentou.

“Doravante, o Norte e o Sul devem esforçar-se por consolidar a paz e cumprir as promessas feitas às suas populações”, afirmou o Representante Especial. “Num certo sentido, o seu trabalho mal começou”, acrescentou.

[Para mais informações](#)

Guiné-Bissau avança no caminho em direcção à estabilidade, depois da agitação no ano passado

“Estou animado com os progressos visíveis que a Guiné-Bissau tem feito para inverter os efeitos negativos dos acontecimentos civis e militares que tiveram lugar a 1 de Abril de 2010”, escreve o Secretário-Geral Ban Ki-moon, no seu relatório mais recente ao Conselho de Segurança.

“Registo as medidas positivas tomadas pelos dirigentes da Guiné-Bissau, especialmente o Presidente e o Primeiro-Ministro, tendo em vista demonstrar o seu renovado compromisso de resolver questões quentes através do diálogo e de consultas e de consolidar as instituições do Estado”.

O Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), chefiado por Joseph Mutaboba, tem cooperado com a CEDEAO e a CPLP para promover a reforma dos sectores da defesa e da segurança.

Ban Ki-moon refere que, juntamente com o Ministério da Defesa, o [Para mais informações](#)

UNIOGBIS tem organizado seminários de sensibilização sobre Estado de direito, direitos humanos, questões de género, democracia e justiça militar, a fim de melhorar a capacidade dos militares para consolidar a paz e o Estado de direito, impedir a impunidade e renovar a confiança da população nas forças armadas.

O UNIOGBIS e o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) continuam a ajudar as autoridades nacionais a combater o problema do tráfico ilícito de droga, o crime organizado e o consumo de droga na África Ocidental, no quadro de um plano de acção regional da CEDEAO.

Consolidação da paz e desenvolvimento prosseguem em Timor-Leste, diz enviada da ONU



Considerando que o processo de consolidação da paz e da estabilidade prossegue em Timor-Leste e que o país continua a promover o desenvolvimento, a ONU já está a planear o encerramento da sua missão no país, disse, a 18 de Fevereiro, Ameerah Haq, Representante Especial do Secretário-Geral.

A Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT) já transferiu a responsabilidade pelo policiamento para as autoridades nacionais na maioria dos distritos, enquanto se aguarda a transferência total de poderes.

“Este processo assinala uma nova fase do desenvolvimento da PNTL [Polícia Nacional de Timor-Leste], o início da fase de reconstituição, durante a qual a polícia da UNMIT se concentrará principalmente num maior reforço institucional e no reforço de capacidades da PNTL”, disse Ameerah Haq ao Conselho de Segurança.

A Representante Especial salientou que esta fase será fundamental para garantir a capacidade da PNTL para manter a segurança, antes de a UNMIT se retirar. “Atendendo ao forte empenhamento do Governo de Timor-Leste na transição, o nosso objectivo é assegurar que a retirada da UNMIT se faça sem problemas, o que também poderá ser adoptado como uma boa prática por outras missões de manutenção da paz”, acrescentou a Representante Especial.

Um dos principais desafios políticos que se esperam proximamente são as eleições presidenciais e legislativas de 2012, um processo para o qual o Governo timorense já disse necessitar de um apoio continuado das Nações Unidas, embora menor do que em 2007.

A manutenção do apoio “contribuirá para um processo eleitoral credível”, salientou Ameerah Haq. “Este tipo de assistência exigirá mais apoio por parte dos doadores”.

[Para mais informações](#)

RDC: registaram-se progressos na estabilização do país, segundo Enviado da ONU



Embora subsistam problemas de segurança no Leste da República Democrática do Congo (RDC), o Representante Especial da ONU para este país, Roger Meece, deu conta, perante o Conselho de Segurança, de progressos significativos na protecção das populações civis e na luta contra os grupos armados, nomeadamente contra as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR).

“A protecção dos civis continua a ser, claramente, a nossa prioridade, na sequência das recentes operações contra grupos armados estrangeiros e locais no Leste do país. Estes grupos continuam a agir como forças predadoras que utilizam a violação e outras formas de violência como arma contra os civis”, declarou o Representante Especial.

“As FDLR mantêm uma maior capacidade operacional nas províncias [Para mais informações](#)

do Kivu Norte e do Kivu Sul. Posso, no entanto, dizer que as acções iniciadas começam a dar fruto”. Segundo Roger Meece, o efeito “desmoralizador” da acção europeia contra os líderes políticos da FDLR, as sanções impostas pelo Conselho de Segurança e o reforço das operações da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO) contribuíram para aumentar a pressão no Leste do país.

“É certamente prematuro afirmar que as FDLR estão a desmoronar-se, mas a capacidade do grupo está a diminuir e sujeita a pressão. De facto, penso, pela primeira vez, que se começam a desenharem as grandes linhas de uma potencial resolução desta longa ameaça para a população da região. Ainda não se pode falar de êxito, mas houve progressos nítidos. Considero que é decisivo manter a máxima pressão política e militar e alargá-la, na medida do possível, para reforçar essa tendência animadora”, explicou o Representante Especial.

Estados Unidos vetam resolução do Conselho de Segurança sobre colonatos israelitas



Os Estados Unidos vetaram, a 18 de Fevereiro, uma resolução do Conselho de Segurança que condenava todos os colonatos israelitas no Território Palestino ocupado desde 1967 por serem ilegais, invocando que, embora concordem em que são ilegítimos, a resolução prejudica as hipóteses de conversações de paz.

Os restantes 14 membros do Conselho votaram a favor da resolução, que exigia que “Israel, como potência ocupante, cessasse imediata e inteiramente todas as actividades ligadas a colonatos no Território Palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e que respeitasse plenamente as suas obrigações legais nessa matéria”. No entanto, como os Estados Unidos são um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, o seu voto negativo equivale a um veto.

A resolução, co-patrocinada por mais de 120 dos 192 Estados-membros da ONU, apelava também a ambas as partes, para que cumprissem as suas obrigações nos termos do Roteiro para a Paz, proposto pelo Quarteto. Exortava todas as partes a prosseguirem as negociações sobre questões relacionadas com o estatuto final, no quadro do processo de paz no Médio Oriente.

Depois da votação, o Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu, numa nota emitida pelo seu porta-voz, uma concentração nos esforços para superar o actual impasse e para criar condições que favoreçam avanços no sentido de resolver todas as questões ligadas ao estatuto final.

Explicando o veto do seu país, a Embaixadora Susan E. Rice disse que não deveria ser interpretado erroneamente como apoio às actividades associadas a colonatos.

[Para mais informações](#)

É necessário aumentar a participação das mulheres nos processos de paz

Dez anos depois de o Conselho de Segurança ter apelado a uma maior participação das mulheres na consolidação da paz, as missões de manutenção da paz apresentam resultados heterogêneos nesse domínio e precisam de intensificar os esforços para alcançar os objectivos propostos, afirma um estudo publicado a 8 de Fevereiro.

Realizado pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz e o Departamento de Apoio às Missões, o estudo (*Ten-year Impact Study on Implementation of UN Security Resolution 1325 (2000) on Women, Peace and Security*) é um apelo à acção com vista a acelerar a implementação da resolução 1325. Pede às missões de manutenção da paz da ONU que trabalhem com as mulheres, as autoridades nacionais e os Estados-membros para aumentar a participação das mulheres nas negociações de paz, nas instituições de segurança e na governação no pós-conflito.

Apesar de alguns êxitos ao nível da representação política, a capacidade das mulheres no que se refere a contribuírem para governar as suas sociedades continua, frequentemente, a ser dificultada pela discriminação de que são alvo.

“Vou continuar a dar prioridade a este programa e a demonstrar a liderança necessária para garantir

que toda a família da manutenção da paz se mobilize de uma forma eficaz para apoiar a construção de sociedades mais justas e equitativas no pós-conflito”, afirmou o Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção da Paz, Alain Le Roy, no lançamento do estudo.



Segundo o estudo, a manutenção de paz da ONU desempenhou um papel crucial nos progressos importantes realizados em matéria de participação das mulheres na vida política como eleitoras, candidatas e titulares eleitos de cargos públicos. As mudanças mais acentuadas no domínio da representação política das mulheres registaram-se

nos países onde foi instaurado um sistema de quotas, como Timor-Leste e Burundi.

As missões de manutenção da paz influenciaram igualmente reformas, ao apoiarem a adopção de leis sobre a igualdade de género em vários países, nomeadamente a República Democrática do Congo (RDC) e a Serra Leoa. O envio de patrulhas para zonas de alto risco na região do Darfur, no Sudão, e para a RDC reforçou também a protecção das mulheres.

O estudo conclui, porém, que a manutenção da paz da ONU não conseguiu melhorar sensivelmente a participação das mulheres nas negociações de paz e sublinha a necessidade de uma estratégia que garanta o envolvimento de diversos grupos de mulheres. As missões de manutenção da paz deveriam defender mais activamente uma maior representação das mulheres nas instituições nacionais de segurança, proteger os seus direitos e aumentar as suas possibilidades de progredir profissionalmente.

[Para mais informações](#)

Utilização de crianças-soldado no Chade prossegue, segundo Ban Ki-moon



O recrutamento e utilização de crianças pelas forças armadas e outros grupos armados no Chade prossegue, afirma o Secretário-Geral Ban Ki-moon, num novo relatório em que reconhece, porém, que a redução das tensões, no último ano, permitiu que muitas crianças abandonassem esses grupos.

O relatório ao Conselho de Segurança sobre crianças em conflito armado no Chade, que abrange o período entre Julho de 2008 e Dezembro de 2010, refere também que as crianças continuam a ser alvo de violência sexual e de género e que as minas e outros resíduos explosivos de guerra continuam a expor as crianças a perigos.

Segundo o relatório, os ataques contra trabalhadores humanitários no Leste do Chade tiveram, muitas vezes, um impacto negativo no acesso das crianças à ajuda humanitária, incluindo a educação e cuidados de saúde.

Ao apresentar um resumo da situação geral no domínio da segurança no Chade, Ban Ki-moon salienta que a insegurança que prevaleceu no Leste do país em 2008 e 2009 melhorou consideravelmente em 2010, o que teve repercussões nos esforços para proteger as crianças.

O relatório dá conta dos esforços desenvolvidos pelo Governo do Chade para combater o recrutamento e utilização de crianças. Esses esforços culminaram na organização de uma conferência regional, cujo objectivo era pôr termo ao recrutamento de crianças, bem como na realização no Chade da primeira reunião da comissão de acompanhamento da aplicação da Declaração de Jamena, foi adoptada na referida conferência.

Nas suas recomendações, o Secretário-Geral pede insistentemente ao Chade que dê ordens precisas à sua hierarquia militar, incluindo a nível local, para proibir o recrutamento e utilização de crianças, em conformidade com as suas obrigações à luz do direito internacional humanitário e do direito internacional e para garantir a libertação incondicional e imediata de todas as crianças.

Ban Ki-moon expressa a sua preocupação perante a persistência de violações e de outras formas de violência sexual, incluindo as perpetradas por membros das forças armadas, e incentiva o Governo a dar prioridade à investigação e julgamento dos autores de tais actos e a reforçar as estratégias de prevenção e de resposta.

[Para mais informações](#)

Parceria entre ONU e Estados-membros é essencial para a eficácia das operações de manutenção da paz



O êxito das operações de manutenção da paz da ONU depende essencialmente de uma estreita parceria entre a Organização e os Estados-membros, sublinharam, a 16 de Fevereiro, altos responsáveis das Nações Unidas, por ocasião de um seminário sobre a melhoria da eficácia das suas intervenções, organizado em Nova Iorque.

“A manutenção da paz é, de facto, uma parceria. Exige o trabalho não só do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), do Departamento de Apoio às Missões e dos colegas que prestam serviço nas nossas missões no terreno mas também dos nossos parceiros noutros departamentos do Secretariado, no seio dos organismos, fundos e programas e especialmente dos Estados-membros”, afirmou o Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção da Paz, Alain Le Roy.

Actualmente, 121 000 militares, polícias e elementos civis integram 14 missões de

manutenção da paz e uma missão política especial, dirigidas pelo DPKO.

“Sem uma coordenação estreita e sistemática, a cooperação e um verdadeiro espírito de parceria, a eficácia das operações de manutenção da paz não seria possível”, acrescentou Alain Le Roy, que sublinhou a importância da iniciativa “Novo Horizonte”, que permitiu atribuir às missões mandatos “mais claros e mais eficazes”.

Na sua intervenção, a Secretária-Geral Adjunta para o Apoio às Missões, Susanna Malcorra, insistiu também na importância da parceria para o êxito das operações da ONU. “Exige cooperação e coordenação entre actores e organizações extremamente diversificados, em condições complexas e difíceis”, disse.

[Para mais informações](#)

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários atribuiu 84 milhões de dólares a quinze situações de emergência esquecidas

A Secretária-Geral Adjunta para os Assuntos humanitários, Valerie Amos, afectou 84 milhões de dólares à ajuda às pessoas afectadas pela fome, a malnutrição, a doença, a deslocação e o conflito, em 15 situações de emergência esquecidas, no mundo inteiro.

Os actores humanitários na Somália receberam a maior parte desse montante – cerca de 15 milhões de dólares. A segunda maior quantia – 11 milhões de dólares – foi para as organizações humanitárias que trabalham na Etiópia. As organizações presentes no Chade receberam 8 milhões de dólares, enquanto os parceiros humanitários no Quênia receberam 6 milhões de dólares, para arrancar com os seus programas de 2011.

Foram atribuídos 5 milhões de dólares a programas em cada um dos seguintes países: República Centro-Africana (RCA), República Popular Democrática da Coreia, Sri Lanca e Zimbabué, enquanto os programas que visam ajudar as pessoas no Burundi, Madagáscar e território palestino ocupado receberam 4 milhões.

Os organismos humanitários em cada um dos seguintes países – Colômbia, Jibuti, Irão e Mianmar – receberão 3 milhões de dólares para alargar os seus programas de emergência, no quadro da primeira série de afectação de fundos para 2011 pelo Fundo Central de Resposta a Situações de Emergência (CERF).

Seca na Somália e no Quênia anuncia catástrofe humanitária

A seca que atinge a Somália exacerbou a crise humanitária no país e causou novas deslocações da população para campos de refugiados situados no Quênia, avisou a Secretária-Geral Adjunta para os Assuntos Humanitários, Valerie Amos, numa conferência de imprensa, na Sede da ONU, em Nova Iorque.

“No momento em que estamos a falar, há importantes movimentos da população das regiões somalis de Hiran e Shabelle para o Quênia. As pessoas deslocam-se devido à deterioração das condições de vida, à falta de água, de alimentos e de meios de vida”, declarou, a 17 de Fevereiro.

Valerie Amos, que visitou a Somália e o Quênia no princípio do mês, disse que as famílias somalis vendiam os seus bens, incluindo casas e terras, para poder empreender a viagem para o Quênia e os campos de refugiados ao longo da fronteira.

“As taxas de malnutrição entre as crianças, que já se situavam acima dos níveis de emergência na Somália, aumentaram e estima-se que cerca de 2,4 milhões de pessoas – 32% da população somali – precisem de ajuda humanitária de emergência. Não é de mais insistir na importância de uma solução política na Somália. Só isso poderá permitir que o povo somali viva em paz e com dignidade”, insistiu.

Quanto ao Quênia, que foi atingido também pela seca, Valerie Amos salientou a necessidade de “reforçar a capacidade de resposta do país às emergências humanitárias ligadas às alterações climáticas”, depois de ter recordado que as “secas recorrentes” eram “a principal causa de emergências humanitárias no país”.

“A redução dos riscos de catástrofe e a reconstrução devem ser integradas na acção humanitária, a fim de melhorar a preparação e de reforçar a resiliência”, acrescentou.

“Temos de continuar a prestar atenção ao que se passa nesta parte do mundo; temos de velar por que as pessoas compreendam as consequências humanas destas crises; temos de continuar a fazer tudo o que for possível para prestar apoio às pessoas mais vulneráveis destes dois países”, afirmou.

[Para mais informações](#)

ONU apresenta programa humanitário para 2011: salvar mais vidas, mais rapidamente

A ONU anunciou, a 21 de Janeiro, em Nova Iorque, o seu programa humanitário para 2011: salvar mais vidas, mais rapidamente, como menos lacunas e menos duplicações. A Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários, Valerie Amos, lançou o apelo anual do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), que pede 208 milhões de dólares para responder às situações de emergência e para prestar assistência às populações mais vulneráveis, em 2011.

“O ano de 2010 foi um ano sem precedente. Houve mais de 250 catástrofes naturais, num ano que começou com o sismo devastador no Haiti”, acrescentou, sublinhando que emergências complexas como as situações na Somália ou na República Democrática do Congo (RDC) “exigiam especial atenção”.

“As alterações climáticas tiveram um papel importante. Ciclos climáticos imprevisíveis em África, na América Central e no Sudeste Asiático deslocaram dezenas de milhões de pessoas”, sublinhou a Secretária-Geral Adjunta.

A chefe do OCHA deplorou igualmente a perigosidade acrescida do trabalho humanitário. A gravidade das ameaças e o número de ataques deliberados

contra organizações humanitárias e o seu pessoal e equipamento aumentaram de uma forma impressionante.

“Mas é-nos constantemente pedido que façamos mais com menos meios, não só devido à crise económica mas também porque os países que nos apoiam devem prestar contas às suas populações da forma como gastam os dinheiros públicos”, explicou Valerie Amos, que agradeceu aos 39 Estados-membros que apoiam o OCHA e aos 120 governos que contribuem para o Fundo Central de Resposta da Situações de Emergência (CERF).

Para a Secretária-Geral Adjunta, 2011 é um ano “ambicioso” porque o OCHA e os seus parceiros vão coordenar as respostas, mobilizar recursos para o sistema humanitário através de apelos internacionais, gerir os fundos das operações de resposta rápida, ser os porta-vozes das vítimas, defender vigorosamente os princípios fundamentais do seu trabalho como a negociação do acesso aos que precisam de ajuda ou a produção de informação crítica e de análises sobre as crises em curso”, insistiu.

“O nosso trabalho é salvar vidas. Nunca houve tantas pessoas a precisarem da nossa assistência”, concluiu.

[Para mais informações](#)

Gaza: perante taxa de desemprego de 45%, UNRWA apela à Europa para que consiga levantamento do bloqueio



“Os rendimentos mensais reais na Faixa de Gaza baixaram 9,5% entre o primeiro semestre de 2009 e a primeira metade de 2010. Acompanhamos a situação na região, na esperança de que o mundo tente desenvolver novas estratégias para pôr fim à crise humanitária”, disse, antes de alertar para o risco de a situação continuar a piorar, se não houver uma intervenção internacional imediata com vista a pôr fim ao bloqueio israelita.

O Gabinete de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) apelou aos dirigentes dos países europeus para que trabalhem juntos para pôr termo ao sofrimento da população de Gaza, onde a taxa de desemprego atingiu um nível sem precedente.

Durante uma conferência de imprensa realizada a 10 de Fevereiro, o porta-voz do UNRWA, Chris Guinness, disse que cerca de um palestiniano em cada dois em idade de trabalhar estava desempregado e que a taxa de desemprego, que rondava 44,5% da população activa, no final de 2010, era agora de cerca de 45%.

Considerando que a situação na região é “um verdadeiro teste para a comunidade internacional”, o porta-voz do UNRWA sublinhou que “para medir realmente o êxito ou o fracasso dos dirigentes do mundo”, haverá que ver “se ajudam ou abandonam os palestinianos da Faixa de Gaza”.

[Para mais informações](#)

Iraque: Alto-Comissário para Refugiados propõe plano a favor dos deslocados e deslocados

No final de uma visita de três dias ao Iraque – a primeira desde a formação do novo governo – o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, propôs às autoridades um plano que visa permitir o regresso de milhares de deslocados às suas casas.

Em Bagdade, António Guterres encontrou-se com o Presidente Jalal Talabani, o Primeiro-Ministro, Nouri Al-Maliki e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hoshyar Zebari. Avistou-se também com o Presidente designado do Conselho Nacional de Políticas Estratégicas, lyad Allawi.

“O plano deve ter objectivos claros quanto à forma de abordar as questões de segurança, de património e de reinserção que permitirão que os deslocados e refugiados regressem em condições de segurança e com dignidade”, disse, num comunicado, antes de lembrar a importância do carácter voluntário dos repatriamentos.

Foi durante estas reuniões que o Alto-Comissário propôs ao Governo um plano de acção sobre o regresso dos refugiados e dos deslocados. A iniciativa foi bem acolhida por responsáveis políticos que manifestaram a sua séria preocupação perante o recrudescimento da violência e os actos terroristas que visaram minorias e grupos religiosos.

“Obrigamos as pessoas a regressarem contra a sua vontade ao seu país, onde reina a insegurança, é inaceitável”, insistiu, referindo-se às recentes expulsões de iraquianos de alguns países europeus.

“É essencial preservar a diversidade no Iraque, onde praticamente todas as civilizações têm as suas raízes”, lembrou António Guterres.

[Para mais informações](#)

ONU expressa solidariedade com o povo haitiano, um ano após o tremor de terra



O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, expressou a sua solidariedade com o povo do Haiti e com todos os que sofreram perdas trágicas, há um ano, quando do tremor de terra de 12 de Janeiro, “uma catástrofe de uma dimensão sem precedente”.

Ban Ki-moon apelou à comunidade internacional, para que continue a apoiar o povo haitiano e reiterou o total empenhamento das Nações Unidas em apoiar o Governo e povo do Haiti, para que supere os desafios da reconstrução e forje um futuro seguro e mais próspero para todos os seus cidadãos.

Numa cerimónia comemorativa, na Sede da ONU em Nova Iorque, o Secretário-Geral depôs uma coroa de flores em honra dos funcionários da ONU e das outras vítimas do terramoto de 12 de Janeiro. Os participantes no acto observaram 47 segundos de silêncio, o equivalente à duração do sismo.

“Sejamos realistas: o caminho será longo e difícil. As ruas do Haiti estão ainda cheias de escombros. As escolas, os hospitais e as infra-estruturas civis estão por reconstruir. Para ser sincero, a reconstrução está a ser lenta. A ajuda e os investimentos internacionais não chegaram tão rapidamente como foi prometido”, acrescentou.

Assinalou, no entanto, progressos: uma diminuição do número de pessoas que vivem em campos de deslocados, o fornecimento diário de água potável a um milhão de pessoas e a distribuição mensal de víveres a 2 milhões de indivíduos. “Apesar da lentidão do arranque, a recuperação e a reconstrução arrancaram finalmente a sério”.

[Para mais informações](#)

No Iémen, Alto-Comissário para os Refugiados pede insistentemente acesso aos 300 000 civis deslocados



No final de uma visita de três dias ao Iémen, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, apelou ao Governo e à rebelião armada Al Houthi, para que prossigam os esforços a favor da paz, permitindo, ao mesmo tempo, que as organizações humanitárias acedam às centenas de milhares de civis que necessitam de ajuda, no Norte do país.

“Ambas as partes nos disseram que estavam cansadas da guerra e que permitiam o acesso humanitário para ajudar as populações”, disse António Guterres, após os encontros.

Apesar do cessar-fogo em vigor, o acesso humanitário a cerca de 300 000

deslocados nas províncias do Norte, onde as forças governamentais e os rebeldes Al Houthi têm tido confrontos, nos últimos anos, continua a ser muito reduzido.

“Entendemos que a ajuda humanitária deve chegar a todos os que dela necessitam, sem qualquer tipo de discriminação – política, religiosa ou tribal. Há uma oportunidade para utilizar a ajuda humanitária como um meio de apaziguamento das tensões e de criação de um ambiente mais propício ao êxito do processo de paz”, disse António Guterres.

Durante a sua visita, o Alto-Comissário da ONU, que foi acompanhado, pela primeira vez, pela Comissária Europeia para a cooperação internacional, a ajuda humanitária e a resposta a situações de crise, Kristalina Georgieva, deslocou-se também ao campo de refugiados somalis de Kharaz, no Sul do país, onde tiveram encontros com civis que sobreviveram à perigosa travessia do golfo de Aden.

[Para mais informações](#)

Costa do Marfim: ACNUR exorta a uma resolução urgente da crise



costa-marfinenses”, afirmou o Alto-Comissário da ONU, no seu comunicado, sublinhando que a situação actual “poderia ter também um impacto negativo na Libéria, um país que está a recuperar da guerra civil, bem como noutros países da região”.

“Tendo em conta as circunstâncias, felicito as autoridades da Libéria pela sua política de abertura das fronteiras e o povo que tão generosamente abriu as suas casas aos refugiados costa-marfinenses e partilhou com eles os seus magros recursos”, acrescentou ainda António Guterres, antes de instar a comunidade internacional a dar prova de solidariedade com o povo marfinense e a Libéria, que o acolhe.

O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, apelou, a 10 de Fevereiro, a que se ponha termo, com urgência, ao impasse político que paralisa a Costa do Marfim desde as eleições presidenciais de Novembro e provoca tensões, violência e a deslocação de milhares de costa-marfinenses.

“As pessoas têm muito medo. O impasse político é cada vez mais profundo e a situação humanitária piora de dia para dia”, referiu, sublinhando que havia já pelo menos 35 000 refugiados costa-marfinenses registados pelo ACNUR na vizinha Libéria e quase o mesmo número de deslocados na zona ocidental da Costa do Marfim.

Aquele organismo especializado da ONU e outras organizações humanitárias estão a organizar uma intervenção de emergência para responder às necessidades imediatas.

“Estamos confrontados com o risco de uma eventual deslocação em massa de

“É necessária uma acção política internacional urgente para sair do impasse e restabelecer a calma. Todos os cidadãos da Costa do Marfim devem sentir-se em segurança nas suas casas e não devem ser obrigados a fugir para encontrarem segurança”, afirmou, a concluir.

[Para mais informações](#)

Missão de peritos da ONU à Tunísia: procura da dignidade deve ser apoiada

A missão de peritos das Nações Unidas concluiu que, após décadas em que lhes foi negada a dignidade, os Tunisinos esperam que as instituições do seu país mudem substancialmente e que os seus direitos sejam agora protegidos e respeitados. Para evitar que essas aspirações se transformem em frustração, será necessária uma governação transparente.

Num relatório publicado a 24 de Fevereiro, na sequência da missão à Tunísia de quatro altos funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, concluída a 2 de Fevereiro, a equipa sublinhou que os direitos humanos seriam essenciais para a construção do futuro do país. A missão declarou que é indispensável um novo quadro jurídico que garanta uma separação clara dos poderes executivo, legislativo e judicial.

O relatório revela que, durante toda a missão, “a negação da dignidade” foi invocada sistematicamente como a causa principal da revolta.

“O restabelecimento dessa dignidade redefinirá a relação entre o Estado e o povo. Essa relação deverá agora ser construída com

base no Estado de direito e no respeito dos direitos humanos e deve pôr o Estado ao serviço do povo. A procura da dignidade, a realização dos direitos humanos e a procura da justiça estão interligadas”.

Segundo o relatório, “isto sublinha a importância da criação, pelo Governo Interino, de um processo transparente que tenha em conta todas essas preocupações e que proponha estratégias realistas para lhes responder”.

“Assistimos ao início de uma nova era verdadeiramente notável na Tunísia. Há uma vontade inequívoca de criar mecanismos que assegurem uma ruptura com as injustiças passadas e de elaborar uma visão para a nova Tunísia”, refere a equipa do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

[Para mais informações](#)

Conselho de Direitos Humanos vai realizar sessão extraordinária sobre a Líbia



Entretanto, o Conselheiro Especial do Secretário-Geral sobre Prevenção do Genocídio, Francis Deng, e o Conselheiro Especial sobre a Responsabilidade de Proteger, Edward Luck, juntaram a sua voz ao coro de funcionários da ONU que se pronunciaram contra a violência na Líbia.

O Conselho de Direitos Humanos anunciou que organizará, a 25 de Fevereiro, uma sessão extraordinária para discutir a situação na Líbia, numa altura em que se sucedem os apelos ao fim do uso da força contra os manifestantes e à resolução pacífica da crise no país.

A reunião do dia 25 realiza-se a pedido de quase 50 Estados, membros e não membros deste órgão sediado em Genebra. Será a primeira vez que um membro do Conselho é tema de uma sessão extraordinária.

Na última sessão extraordinária, que teve lugar em Dezembro de 2010, foi discutida a situação em matéria de direitos humanos na Costa do Marfim, na crise pós-eleitoral.

“Os ataques generalizados e sistemáticos contra as populações civis por parte de forças militares, mercenários e aviação são violações chocantes do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário”, afirmaram, numa declaração conjunta. “Se a natureza e a escala desses ataques se vierem a confirmar, podem constituir crimes contra a humanidade de que as autoridades nacionais terão de prestar contas”.

[Para mais informações](#)

Egipto: transição não deve fazer esquecer violações dos direitos humanos

“As violações de direitos humanos que ocorreram no Egipto, durante os protestos, não deveriam ser eclipsadas pelo processo de transição”, consideraram peritos independentes da ONU, depois de terem lembrado que 365 pessoas foram mortas e cerca de 5500 ficaram feridas, entre 25 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2011.

“A garantia de que será feita justiça deve fazer parte das reformas democráticas a longo prazo, a fim de responder plenamente às aspirações do povo egípcio”, declaram, num comunicado conjunto. “Exortamos as autoridades a investigarem os incidentes violentos, incluindo os causados pelo uso excessivo da força por parte dos elementos de segurança”, acrescentam.

Para o Relator sobre execuções arbitrárias e sumárias, Christof Heyns, “as circunstâncias em que os assassinios foram cometidos devem ser esclarecidas, a fim de apurar se as autoridades foram cúmplices desses

ataques contra os manifestantes ou se não tomaram as medidas necessárias para evitar tais actos de violência”.

Perante informações segundo as quais foram levados a cabo inúmeros ataques violentos contra os manifestantes e jornalistas, o Relator da ONU para a liberdade de opinião e de expressão, Frank La Rue, lembra que “os jornalistas desempenham um papel indispensável em manter a população informada do curso dos acontecimentos”.

O co-relator do Grupo de Trabalho sobre detenções arbitrárias, El Hadji Malick Sow, apelou, por sua vez, às autoridades, para que “garantam que todas as pessoas que participaram pacificamente nas manifestações sejam rapidamente libertadas”.

[Para mais informações](#)

Líbia: ONU pede insistentemente fim do uso da força contra os manifestantes



à utilização da força contra os manifestantes e sublinhou: “As aspirações e preocupações do povo deveriam ser plenamente respeitadas e ouvidas pelas autoridades do país”.

A 23 de Fevereiro, o Conselho de Segurança juntou-se, na terça-feira, ao Secretário-Geral da ONU para apelar às autoridades líbias, para que ponham imediatamente fim ao uso da força contra manifestantes pacíficos.

Numa declaração lida pelo Presidente do Conselho, no final da reunião, os membros deste órgão expressaram a sua profunda preocupação com a situação na Líbia. “Condenaram a violência e a utilização da força contra civis” e “deploraram a repressão de que foram alvo manifestantes pacíficos”. Lamentaram também profundamente “a morte de centenas de civis”.

O Conselho de Segurança instou as autoridades a “porem imediatamente fim à violência” e a tomarem as medidas necessárias “para responder aos pedidos legítimos da população, nomeadamente através de um diálogo nacional”.

Na véspera, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, exortou as autoridades a porem termo imediato

A Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, exortou também as autoridades líbias a porem termo às violações dos direitos humanos e pediu uma investigação internacional independente. “A comunidade internacional deve unir-se na condenação de tais actos e assumir compromissos inequívocos para garantir que será feita justiça aos milhares de vítimas da repressão”, insistiu. “Organizar ataques sistemáticos contra a população civil pode constituir um crime contra a humanidade”, alertou a Alta-comissária.

A Directora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO), Irina Bokova, expressou a sua preocupação perante o agravamento da situação na Líbia e a constante repressão exercida sobre os meios de comunicação social e serviços de informações vitais.

[Para mais informações](#)

São necessárias medidas urgentes para travar aumento dos preços dos alimentos e de outros produtos



Altos funcionários das Nações Unidas pediram medidas urgentes para travar a subida dos preços de produtos agrícolas de primeira necessidade, petróleo e matérias-primas industriais, cuja volatilidade afecta principalmente as pessoas mais pobres do mundo.

"Esta volatilidade tem repercussões negativas tremendas para os grupos vulneráveis, tais como os agregados familiares de baixo rendimento dos países em desenvolvimento, para os quais as despesas com alimentos chegam a representar 80% do orçamento familiar", disse Supachai Panitchpakdi, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), dirigindo-se, a 31 de Janeiro, aos participantes no segundo Fórum Mundial sobre Matérias-primas, em Genebra.

Supachai Panitchpakdi pediu uma intensificação dos esforços para [Para mais informações](#)

"identificar as alavancas políticas susceptíveis de travar a volatilidade excessiva e manter os preços dentro de limites razoáveis" e apelou aos países em desenvolvimento, que dependem das matérias-primas, para continuarem a desenvolver esforços no sentido de diversificarem as suas economias, de modo a tornarem-se menos vulneráveis às oscilações nos mercados.

Pascal Lamy, Director-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), advertiu que, em 2011, se assistirá a um aumento dos preços da maioria das matérias-primas, uma vez que o aumento do produto interno bruto (PIB) mundial está a fazer aumentar a procura, uma tendência impulsionada pelas economias emergentes.

"A volatilidade é mais acentuada nos mercados fechados. É menor nos mercados abertos", disse Pascal Lamy, salientando que a conclusão do chamado Ciclo de Doha de conversações sobre a liberalização do comércio poderá amenizar o panorama.

PAM em estado de "alerta vermelho" perante ameaça que aumentos dos preços alimentares representam para os milhões de pessoas mais pobres do mundo



Os níveis recorde atingidos pelos preços alimentares estão a exercer uma pressão acrescida sobre o Programa Alimentar Mundial (PAM) cujos funcionários advertem da possibilidade de surgir uma "tempestade perfeita" causada por uma combinação de custos elevados, emergências meteorológicas e instabilidade política.

"Estamos em estado de alerta vermelho, avaliamos continuamente as necessidades e reexaminamos permanentemente os planos, e estamos prontos para ajudar", disse Josette Sheeran, Directora Executiva do PAM ao Centro de Notícias das Nações Unidas, numa altura em que o seu organismo

prepara um plano de acção que envolve aquisições antecipadas e a criação de reservas e de redes de segurança. "O aumento dos preços alimentares é uma realidade para o mundo inteiro, mas afecta principalmente as populações mais pobres e mais vulneráveis".

Se os preços continuarem a aumentar, em parte devido a condições meteorológicas adversas, tais como cheias, secas e incêndios, ou ainda que se mantenham a níveis elevados sem alteração, durante o resto do ano, o PAM terá de enfrentar um grave défice orçamental que o obrigará a tomar o tipo de decisões penosas que teve de tomar quando da crise alimentar anterior, em 2008: reduzir as rações de alimentos e o número de beneficiários e tentar obter recursos adicionais.

[Para mais informações](#)

FAO lança guia para os países mais afectados pela subida dos preços alimentares



exacerbar-na e agravaram o seu impacto na insegurança alimentar", disse Richard China, Director da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento de Políticas e Programas da FAO.

"A FAO desaconselha vivamente esse tipo de medidas, pois, muitas vezes, geram mais incerteza e perturbações nos mercados mundiais, fazendo subir ainda mais os preços no mundo inteiro e fazendo baixar os preços internos, retirando, desse modo, o incentivo para produzir mais alimentos", disse Richard China.

A médio e longo prazo, só o investimento nos sectores agrícolas dos países em desenvolvimento poderá produzir aumentos sustentáveis da produtividade, mercados saudáveis, uma maior resiliência a aumentos acentuados dos preços internacionais e uma maior segurança alimentar, afirmou Richard China.

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) está a apelar aos países, para que examinem cuidadosamente as implicações dos preços alimentares elevados e para que não tomem quaisquer medidas políticas que possam parecer úteis a curto prazo mas que sejam susceptíveis de produzir efeitos negativos a longo prazo ou mesmo de agravar a situação.

Este apelo foi lançado, a 26 de Janeiro, em simultâneo com a publicação, pela FAO, do *Guide for Policy and Programmatic Actions at Country Level to Address High Food Prices*.

"A experiência da crise alimentar de 2007/2008 demonstra que, em alguns casos, as decisões precipitadas dos governos, destinadas a atenuar o impacto da crise, contribuíram efectivamente para a crise ou

[Para mais informações](#)

Economias emergentes estão a atrair a maior parcela do investimento estrangeiro, diz relatório da CNUCED

O investimento directo estrangeiro (IDE) nas economias em desenvolvimento e em transição aumentou, no ano passado, enquanto os fluxos de investimento para os países desenvolvidos diminuíram, disse a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), num comunicado sobre as tendências do investimento mundial divulgado a 18 de Janeiro.

As economias em desenvolvimento e em transição foram responsáveis por mais de metade dos fluxos mundiais, informa a CNUCED, observando que houve uma forte recuperação do IDE encaminhado para as economias asiáticas em desenvolvimento e para a América Latina, enquanto a Europa se destacou como a região onde a diminuição dos fluxos foi mais acentuada.

Segundo o Observatório das Tendências do Investimento Mundial (GITM) da CNUCED, os fluxos mundiais de IDE registaram apenas um aumento de 1% – de 1,114 mil milhões de dólares, em 2009, para quase 1,122 mil milhões de dólares, em 2010. Os fluxos de

IDE deverão melhorar, este ano, mas subsistem vários factores de risco.

A estagnação dos fluxos mundiais, em 2010, foi acompanhada de uma divergência de tendências no que respeita às componentes do IDE. Enquanto os aumentos de lucros das afiliadas estrangeiras, especialmente nos países em desenvolvimento, contribuíram para um maior reinvestimento de receitas, as incertezas em torno dos mercados monetários mundiais e a dívida soberana europeia traduziram-se numa diminuição dos empréstimos interempresas e dos investimentos em participações, observa o GITM.

[Para mais informações](#)

São necessárias medidas urgentes para travar aumento dos preços dos alimentos e de outros produtos



Altos funcionários das Nações Unidas pediram medidas urgentes para travar a subida dos preços de produtos agrícolas de primeira necessidade, petróleo e matérias-primas industriais, cuja volatilidade afecta principalmente as pessoas mais pobres do mundo.

"Esta volatilidade tem repercussões negativas tremendas para os grupos vulneráveis, tais como os agregados familiares de baixo rendimento dos países em desenvolvimento, para os quais as despesas com alimentos chegam a representar 80% do orçamento familiar", disse Supachai Panitchpakdi, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), dirigindo-se, a 31 de Janeiro, aos participantes no segundo Fórum Mundial sobre Matérias-primas, em Genebra.

Supachai Panitchpakdi pediu uma intensificação dos esforços para

"identificar as alavancas políticas susceptíveis de travar a volatilidade excessiva e manter os preços dentro de limites razoáveis" e apelou aos países em desenvolvimento, que dependem das matérias-primas, para continuarem a desenvolver esforços no sentido de diversificarem as suas economias, de modo a tornarem-se menos vulneráveis às oscilações nos mercados.

Pascal Lamy, Director-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), advertiu que, em 2011, se assistirá a um aumento dos preços da maioria das matérias-primas, uma vez que o aumento do produto interno bruto (PIB) mundial está a fazer aumentar a procura, uma tendência impulsionada pelas economias emergentes.

"A volatilidade é mais acentuada nos mercados fechados. É menor nos mercados abertos", disse Pascal Lamy, salientando que a conclusão do chamado Ciclo de Doha de conversações sobre a liberalização do comércio poderá amenizar o panorama.

[Para mais informações](#)

PAM em estado de "alerta vermelho" perante ameaça que aumentos dos preços alimentares representam para os milhões de pessoas mais pobres do mundo



Os níveis recorde atingidos pelos preços alimentares estão a exercer uma pressão acrescida sobre o Programa Alimentar Mundial (PAM) cujos funcionários advertem da possibilidade de surgir uma "tempestade perfeita" causada por uma combinação de custos elevados, emergências meteorológicas e instabilidade política.

"Estamos em estado de alerta vermelho, avaliamos continuamente as necessidades e reexaminamos permanentemente os planos, e estamos prontos para ajudar", disse Josette Sheeran, Directora Executiva do PAM ao Centro de Notícias das Nações Unidas, numa altura em que o seu organismo

prepara um plano de acção que envolve aquisições antecipadas e a criação de reservas e de redes de segurança. "O aumento dos preços alimentares é uma realidade para o mundo inteiro, mas afecta principalmente as populações mais pobres e mais vulneráveis".

Se os preços continuarem a aumentar, em parte devido a condições meteorológicas adversas, tais como cheias, secas e incêndios, ou ainda que se mantenham a níveis elevados sem alteração, durante o resto do ano, o PAM terá de enfrentar um grave défice orçamental que o obrigará a tomar o tipo de decisões penosas que teve de tomar quando da crise alimentar anterior, em 2008: reduzir as rações de alimentos e o número de beneficiários e tentar obter recursos adicionais.

[Para mais informações](#)

FAO lança guia para os países mais afectados pela subida dos preços



exacerbar-na e agravaram o seu impacto na insegurança alimentar", disse Richard China, Director da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento de Políticas e Programas da FAO.

"A FAO desaconselha vivamente esse tipo de medidas, pois, muitas vezes, geram mais incerteza e perturbações nos mercados mundiais, fazendo subir ainda mais os preços no mundo inteiro e fazendo baixar os preços internos, retirando, desse modo, o incentivo para produzir mais alimentos", disse Richard China.

A médio e longo prazo, só o investimento nos sectores agrícolas dos países em desenvolvimento poderá produzir aumentos sustentáveis da produtividade, mercados saudáveis, uma maior resiliência a aumentos acentuados dos preços internacionais e uma maior segurança alimentar, afirmou Richard China.

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) está a apelar aos países, para que examinem cuidadosamente as implicações dos preços alimentares elevados e para que não tomem quaisquer medidas políticas que possam parecer úteis a curto prazo mas que sejam susceptíveis de produzir efeitos negativos a longo prazo ou mesmo de agravar a situação.

Este apelo foi lançado, a 26 de Janeiro, em simultâneo com a publicação, pela FAO, do *Guide for Policy and Programmatic Actions at Country Level to Address High Food Prices*.

"A experiência da crise alimentar de 2007/2008 demonstra que, em alguns casos, as decisões precipitadas dos governos, destinadas a atenuar o impacto da crise, contribuíram efectivamente para a crise ou

[Para mais informações](#)

Economias emergentes estão a atrair a maior parcela do investimento estrangeiro, diz relatório da CNUCED

O investimento directo estrangeiro (IDE) nas economias em desenvolvimento e em transição aumentou, no ano passado, enquanto os fluxos de investimento para os países desenvolvidos diminuíram, disse a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), num comunicado sobre as tendências do investimento mundial divulgado a 18 de Janeiro.

As economias em desenvolvimento e em transição foram responsáveis por mais de metade dos fluxos mundiais, informa a CNUCED, observando que houve uma forte recuperação do IDE encaminhado para as economias asiáticas em desenvolvimento e para a América Latina, enquanto a Europa se destacou como a região onde a diminuição dos fluxos foi mais acentuada.

Segundo o Observatório das Tendências do Investimento Mundial (GITM) da CNUCED, os fluxos mundiais de IDE registaram apenas um aumento de 1% – de 1,114 mil milhões de dólares, em 2009, para quase 1,122 mil milhões de dólares, em 2010. Os fluxos de

IDE deverão melhorar, este ano, mas subsistem vários factores de risco.

A estagnação dos fluxos mundiais, em 2010, foi acompanhada de uma divergência de tendências no que respeita às componentes do IDE. Enquanto os aumentos de lucros das afiliadas estrangeiras, especialmente nos países em desenvolvimento, contribuíram para um maior reinvestimento de receitas, as incertezas em torno dos mercados monetários mundiais e a dívida soberana europeia traduziram-se numa diminuição dos empréstimos interempresas e dos investimentos em participações, observa o GITM.

[Para mais informações](#)

Perante agravamento provável do congestionamento da rede de telemóveis, UIT apela ao crescimento rápido da banda larga



Numa altura em que os telefones inteligentes já estão a absorver cinco vezes mais capacidade de transmissão de dados do que os telemóveis normais e prevendo-se que o seu número aumente dos actuais 500 milhões para quase 2 mil milhões, até 2015, promover o crescimento da banda larga é vital não só para os países em desenvolvimento mas também para os países mais avançados do mundo, afirmou, a 11 de Fevereiro, Hamadoun Touré, Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

"Planos nacionais robustos para a banda larga que promovam o desenvolvimento do espectro de radiofrequências e uma implantação mais rápida das redes de fibra que são essenciais para as ligações de retorno das redes móveis são vitais para apoiar o número crescente de aplicações com grande intensidade de dados", disse Hamadoun Touré.

A banda larga móvel está a tornar-se progressivamente na tecnologia preferida de centenas de milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento, onde a infra-estrutura da rede fixa é, muitas vezes, escassa e de implantação dispendiosa. A UIT calcula que o número de assinaturas de banda larga móvel atinja os mil milhões, no primeiro trimestre de 2011.

Atendendo a que 90% do planeta já está coberto por sinais de rede móvel, é nítido que a rede móvel é uma ferramenta fundamental para reduzir o fosso digital, diz a UIT, num comunicado de imprensa, observando que, em 2010, 73% das assinaturas de telemóveis estavam concentradas no mundo em desenvolvimento. Prevendo-se que o congestionamento das redes venha a aumentar, é indispensável assumir, desde já, um compromisso internacional no que respeita à banda larga, a fim de evitar uma situação ainda mais grave, acrescenta o comunicado.

[Para mais informações](#)

Impacto económico grave e potencialmente letal da contrafacção sublinhado num congresso da ONU



O comércio ilícito de contrafacções e a piratagem da propriedade intelectual custariam mais de 1 bilião de dólares por ano. Para encontrarem soluções para estas práticas, mais de 800 delegados que representam uma centena de países reuniram-se em Paris, nos dias 2 e 3 de Fevereiro, no quadro do sexto Congresso Mundial sobre a Luta contra a Contrafacção e a Piratagem.

"O sexto congresso mundial constitui, para os sectores público e privado, uma oportunidade única de unirem os seus esforços e darem um impulso, a nível internacional, para lutar contra a contrafacção e a piratagem", afirmou o Director-geral da Organização Mundial da

Propriedade Intelectual (OMPI), Francis Gurry, na abertura do Congresso, cujo tema era a Promoção do Respeito da Propriedade Intelectual.

O Secretário-Geral da Interpol, Ronald K. Noble, que também esteve presente na abertura do Congresso, defendeu um aumento da cooperação entre os sectores público e privado. "A Interpol reforçou progressivamente os seus esforços e os recursos dedicados à luta contra a contrafacção e a piratagem, o que se traduziu em resultados concretos no mundo inteiro, nomeadamente no âmbito da protecção do público contra a utilização de falsificações e de produtos de contrafacção que possam comportar riscos mortais para os consumidores", referiu, lembrando que a operação Júpiter permitira deter mais de mil pessoas e apreender 200 milhões de dólares de contrafacções.

[Para mais informações](#)

Aquisição rápida de tecnologias revela aparecimento de uma base industrial em África



A rápida aquisição de tecnologias industriais em África é um indício de que este continente está a seguir o exemplo de outras regiões em desenvolvimento e a construir uma base industrial sólida, susceptível de apoiar a produção de produtos e serviços de valor acrescentado, incluindo produtos de alta tecnologia, diz um estudo divulgado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA).

"O estudo revela uma inversão impressionante da tendência para um crescimento lento no que respeita à proporção de patentes, publicações científicas revistas pelos pares e exportações e importações de tecnologias que cabe a África,

que aumentou muito lentamente nas décadas de 1980 e 1990", disse Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da Comissão, referindo-se ao estudo intitulado *A technological resurgence: Africa in the global flow of technology* e que contém "informação que comprova a taxa de crescimento rápida das aquisições de tecnologias industriais em África".

Abdoulie Janneh observou que os fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) que entraram em África, que são um dos principais canais de transferência de tecnologias, registou um aumento extraordinário de mais de 800%, entre 2000 e 2008.

"Parte do investimento destinou-se à produção de medicamentos, aço, automóveis e produtos electrónicos, entre outros – áreas em que é necessário utilizar tecnologias que pertencem a terceiros", disse.

[Para mais informações](#)

Turismo mundial registou uma forte recuperação em 2010



"Agora, o desafio será consolidar este crescimento, nos próximos anos, num ambiente económico mundial ainda incerto", acrescenta.

O organismo diz que a Ásia foi a primeira região a recuperar e a que apresentou o maior crescimento, em 2010.

Graças às melhores condições económicas no mundo inteiro, o turismo internacional registou uma forte recuperação, no ano passado, após a quebra provocada pela crise financeira e a recessão mundiais de finais de 2008 e 2009, disse, a 2 de Fevereiro, a Organização Mundial do Turismo (OMT).

Segundo esta Organização, embora tenha havido um aumento das chegadas de turistas a todas as regiões, as economias emergentes continuam a ser os principais impulsionadores desta recuperação.

"A recuperação do turismo internacional é uma boa notícia, especialmente para os países em desenvolvimento que dependem do sector para gerar receitas e empregos muito necessários", diz o Secretário-Geral da OMT, Taleb Rifai, num comunicado de imprensa.

África, a única região que apresentou números positivos em 2009, continuou a crescer, em 2010. Os resultados regressaram a valores de dois dígitos no Médio Oriente, onde quase todos os destinos registaram um aumento de 10% ou mais.

A recuperação foi mais lenta na Europa do que noutras regiões, devido às perturbações do tráfego aéreo causadas pela erupção vulcânica na Islândia e pela incerteza económica que afectou a zona euro, observa a OMT. Enquanto alguns países tiveram um desempenho bastante superior à média regional, isso não foi suficiente para que os resultados globais ultrapassassem as perdas de 2009.

[Para mais informações](#)

OMS pede medidas para reduzir consumo nocivo de álcool e o número de mortes relacionadas com o álcool



Alwan, Subdirector-geral da OMS para as doenças não transmissíveis e a saúde mental. “É preciso fazer muito mais para reduzir o número de mortes e o sofrimento associados ao consumo nocivo de álcool”, acrescentou.

Segundo o relatório, cerca de 4% das mortes ocorridas no mundo estão relacionadas com o álcool e, na sua maioria, essas mortes são provocadas por lesões, cancro, doenças cardiovasculares e cirrose hepática. A nível mundial, 6,2% do total de mortes de indivíduos do sexo masculino estão relacionadas com o álcool, em comparação com 1,1% das mortes de mulheres.

A OMS lembra que a estratégia mundial para reduzir o consumo nocivo de álcool, aprovada pelos Estados-membros da OMS, em Maio de 2010, preconiza uma série de medidas de eficácia comprovada para reduzir os danos causados pelo álcool, elevar os limites de idade legais para comprar álcool e aplicar medidas eficazes para evitar o consumo do álcool quando se conduz.

[Para mais informações](#)

Estima-se que o consumo nocivo de álcool mate 2,5 milhões de pessoas no mundo inteiro por ano, afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS), num relatório publicado a 11 de Fevereiro, em que exorta os governos a adoptarem medidas destinadas a prevenir os hábitos de consumo de bebidas que prejudicam a saúde e causam outros problemas sociais.

Segundo o *Global Status Report on Alcohol and Health*, o consumo nocivo de álcool está a afectar cada vez mais as jovens gerações e os bebedores nos países em desenvolvimento.

“Muitos países reconhecem os graves problemas de saúde pública causados pelo consumo nocivo de álcool e tomaram medidas para prevenir as suas consequências para a saúde e para tratar os que necessitam de cuidados”, disse Ala

OMS pede que se protejam as crianças contra o marketing de alimentos pouco saudáveis



recomendações sobre o *marketing* de alimentos e bebidas não alcoólicas dirigido às crianças. As recomendações preconizam a adopção de medidas nacionais e internacionais destinadas a reduzir a exposição das crianças a mensagens de *marketing* que promovem alimentos com elevado teor de gorduras saturadas, ácidos gordos trans, açúcares livres ou sal, e a reduzir a utilização de técnicas persuasivas para vender esses alimentos às crianças.

Segundo a OMS, há 43 milhões de crianças em idade pré-escolar no mundo inteiro que ou são obesas ou têm excesso de peso. Análises científicas também demonstram que uma proporção significativa da publicidade televisiva a que as crianças estão expostas promove produtos alimentares “não fundamentais” com um baixo valor nutritivo.

[Para mais informações](#)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) pediu medidas destinadas a reduzir a exposição das crianças ao *marketing* de alimentos com um elevado teor de gordura, açúcar ou sal, o que as expõe ao risco de virem a sofrer de doenças não transmissíveis causadas por um regime alimentar inadequado.

A publicidade na televisão é responsável por grande parte do *marketing* de alimentos pouco saudáveis e, segundo a informação disponível, os anúncios influenciam as preferências alimentares das crianças, aquilo que pedem que lhes comprem e os seus padrões de consumo, diz a OMS.

Em Maio do ano passado, os Estados-membros da OMS subscreveram um novo conjunto de

Michelle Bachelet apresenta Plano de Acção para 100 dias



Perante o Conselho Executivo, declarou que o trabalho da ONU-Mulheres se articularia em torno de cinco princípios: apoiar os pedidos dos parceiros locais, para reforçar a implementação dos acordos e normas internacionais, apoiar os mecanismos intergovernamentais destinados a reforçar o quadro legal regional ou internacional no

domínio da igualdade de género, defender a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, promover a coerência das diferentes acções da ONU nesta matéria e agir como um actor mundial com experiência e conhecimentos especializados.

Uma vez fixados os objectivos, Michelle Bachelet apresentou ao Conselho Executivo um “Plano de Acção para 100 dias” que se concentra em cinco temas prioritários e em acções que podem ser levadas a cabo nos primeiros três meses de existência da ONU-Mulheres: dar mais voz às mulheres e aumentar o alcance da sua liderança e participação, pôr fim à violência contra as mulheres, assegurar a plena participação das mulheres na resolução de conflitos, reforçar a participação económica das mulheres e fazer da igualdade de género uma prioridade fundamental em matéria de planeamento e de elaboração do orçamento das autoridades nacionais e locais.

Segundo Michelle Bachelet, o principal objectivo da agência que dirige é aproveitar o potencial das mulheres, nomeadamente “reforçando a sua participação na tomada de decisões, criando espaço para a sua liderança, libertando-as da violência ou proporcionando-lhes oportunidades, a fim de que sejam reconhecidas como actores e líderes económicos”.

“Isso implica mostrar aos decisores políticos que, quando as mulheres participam plenamente no desenvolvimento das sociedades e das economias, os benefícios para todos aumentam sensivelmente”, acrescentou. “Estou determinada a fazer da ONU-Mulheres um catalisador de mudança”.

[Para mais informações](#)

UNICEF e UNFPA apelam à abolição da mutilação genital feminina



“Apelamos à comunidade internacional, para que se associe a nós neste esforço essencial. Juntos, podemos abolir a MGF/E no espaço de uma geração e ajudar milhões de raparigas e de mulheres a terem uma vida mais saudável e plena”, afirmam.

“Todas as raparigas merecem crescer sem serem sujeitas a essas práticas nefastas que põem em risco o seu bem-estar. No entanto, todos os anos três milhões de raparigas são expostas a essa prática que tem efeitos graves, imediatos e a longo prazo, e que constitui uma violação flagrante dos direitos humanos”, acrescentam Babatunde Osotimehin et Anthony Lake.

Por ocasião do Dia Internacional de Tolerância Zero da Mutilação Genital Feminina e da Excisão, os Directores do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), Babatunde Osotimehin, e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Anthony Lake, renovaram, num comunicado conjunto, o seu empenhamento em pôr termo a essas práticas, de que foram já vítimas 100 a 140 milhões de mulheres no mundo.

[Para mais informações](#)

Ao terminar a sua 9.^a sessão, Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas pede que se aproveite o Ano Internacional para sensibilizar as pessoas para os benefícios das florestas



Ao concluir, a 3 de Fevereiro, a sua 9.^a sessão, o Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas instou a comunidade internacional a aproveitar o Ano Internacional das Florestas 2011 para sensibilizar as pessoas para os benefícios muito diversos das florestas para a vida humana e para acelerar a sua gestão sustentável.

Através do texto do seu projecto de resolução global, *Forests for People, Livelihoods and Poverty Eradication* ("Florestas para as pessoas – Uma fonte de rendimento e um meio de erradicar a pobreza"), o Fórum também apelou a que o Ano Internacional seja utilizado para reforçar a vontade política de colmatar o défice de aplicação do acordo denominado "Instrumento Não Vinculativo Juridicamente sobre Todos os Tipos de Florestas" (Instrumento sobre as Florestas). Para isso, deverá haver um reforço da cooperação,

novos financiamentos e mobilização de recursos, bem como transferência de tecnologias para os países em desenvolvimento. O Fórum lançou o Ano Internacional em 2 de Fevereiro, durante o Segmento Ministerial de Alto Nível da sua sessão de duas semanas.

O Fórum convidou os Estados-membros, as organizações pertencentes à Parceria de Colaboração sobre as Florestas e outras partes interessadas a contribuírem para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento, através da gestão sustentável das florestas como base do desenvolvimento económico. Entre outras propostas, o texto convida igualmente as partes interessadas a esclarecerem e reforçarem os direitos de posse das terras, a facilitarem a assistência financeira e técnica tendo em vista o desenvolvimento da capacidade das comunidades locais e indígenas para gerir as florestas de uma forma sustentável, e a estabelecerem salvaguardas e orientações destinadas a promover uma distribuição justa dos benefícios decorrentes das florestas entre essas comunidades.

No quadro do Fórum, mais de 30 participantes a nível ministerial comprometeram-se, hoje, a dar maior destaque ao papel vital que as florestas desempenham na resolução dos problemas

complexos do desenvolvimento económico e social e a fazê-lo, principalmente, ao mais alto nível, incluindo-as entre as grandes prioridades mundiais.

Tendo adoptado uma Declaração Ministerial nesse sentido, os participantes comprometeram-se a tomar "uma decisão significativa sobre o financiamento das florestas" na próxima sessão do Fórum, marcada para 2013, e formularam recomendações destinadas a dar maior visibilidade às florestas, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a realizar no Rio de Janeiro, no Brasil, em 2012.

Segundo o texto da Declaração, os ministros comprometeram-se a melhorar os meios de vida das pessoas que dependem das florestas – que são pelo menos 1,6 mil milhões e vivem sobretudo nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição –, criando as condições necessárias para gerirem as florestas de uma maneira sustentável.

[Ver também comunicado de imprensa ENV/DEVI/191 de 4/02/2011 \(em inglês\)](#)

Investimento na "economia verde" pode impulsionar crescimento e reduzir pobreza, diz relatório do PNUA

Investir cerca de 1,3 biliões de dólares – ou 2% do produto interno bruto (PIB) mundial – em dez sectores fundamentais pode fazer arrancar a transição para uma "economia verde" eficiente em recursos e com baixos níveis de emissões e também poderá ajudar a reduzir a pobreza, diz um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) lançado a 21 de Fevereiro.

Intitulado *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, o relatório foi apresentado pelo PNUA aos ministros do Ambiente de mais de 100 países, na abertura do Fórum Mundial de Ministros e do Conselho de Governadores do PNUA sobre o Ambiente, em Nairobi.

O relatório identifica os seguintes sectores como sendo fundamentais para a ecologização da economia mundial: agricultura, edifícios, abastecimento energético, pesca, silvicultura, indústria – incluindo eficiência energética –, turismo, transportes, gestão de resíduos e recursos hídricos.

O documento considera que a economia verde é importante não só para as economias mais desenvolvidas mas também como um catalisador fundamental do crescimento e da erradicação da pobreza, nas economias em desenvolvimento, onde, em alguns casos, quase 90% do PIB dos pobres está ligado à natureza ou a recursos naturais como as florestas e as fontes de água doce.

aumento da população mundial de 2 mil milhões de pessoas até 2050, é nítido que temos de continuar a desenvolver e fazer crescer as nossas economias", disse Achim Steiner, Director Executivo do PNUA. "Mas esse desenvolvimento não se pode dar à custa dos sistemas de apoio à vida terrestres, marinhos ou aéreos que mantêm as nossas economias e, como tal, a vida de cada um de nós", acrescentou.



"A economia verde é uma parte fundamental da resposta à questão de saber como manter a pegada ecológica da humanidade dentro da camada limite planetária. O seu objectivo é ligar os imperativos ambientais que aconselham uma mudança de rumo a resultados económicos e sociais – especialmente, resultados em termos de desenvolvimento económico, emprego e equidade".

Segundo o PNUA, o mundo gasta actualmente entre 1% e 2% do PIB mundial numa série de subsídios que, em muitos casos, perpetuam uma

utilização insustentável dos recursos em áreas como as dos combustíveis fósseis, agricultura – incluindo subsídios para pesticidas –, recursos hídricos e pescas.

Muitos desses subsídios estão a contribuir para danos ambientais e ineficiências na economia mundial e a sua redução ou supressão geraria múltiplos benefícios, libertando simultaneamente recursos para financiar uma transição para a economia verde.

O relatório reconhece que, a curto prazo, as perdas de empregos em alguns sectores, tais como o das pescas, são inevitáveis para que possam fazer a transição para a sustentabilidade. Serão necessários investimentos que, em alguns casos, poderão ser financiados pelos fundos obtidos com cortes de subsídios prejudiciais, para requalificar e reciclar os conhecimentos da população activa mundial, a fim de garantir uma transição justa e socialmente aceitável.

"Estamos a viver uma das épocas mais difíceis que alguma geração jamais enfrentou, mas também um dos momentos mais emocionantes, em que as possibilidades de redefinir e reorientar tendo em vista um século XXI mais sustentável nunca foram mais palpáveis", observou Achim Steiner no seu discurso de abertura da sessão.

[Para mais informações](#)

É possível e financeiramente comportável reduzir drasticamente emissões de gases com efeito de estufa



Com as políticas certas, tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento podem efectuar, por um custo aceitável, reduções drásticas das emissões industriais dos gases com efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento global que ameaçam alterar radicalmente o clima do planeta, disse a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Numa série de estudos, este organismo responsável por promover o desenvolvimento industrial sustentável nos países em desenvolvimento, realça a necessidade de conjugar a eficiência energética, as energias renováveis e a captura e armazenamento de dióxido de carbono (CO₂) de modo a não se ultrapassar o limiar de risco – um aumento médio da temperatura de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, até 2050.

[Para mais informações](#)

Acesso a dados melhores sobre alterações climáticas é vital para instituições financeiras



Atendendo a que as seguradoras, as instituições de crédito, os gestores de activos e os seus clientes estão a ser cada vez mais afectados pelos impactos das alterações climáticas e que os riscos deverão aumentar no futuro, é vital as instituições financeiras terem um melhor acesso a dados relevantes, diz um estudo realizado com o apoio das Nações Unidas e divulgado hoje.

Para o sector poder gerir os riscos climáticos que afectam as suas carteiras de negócios e aconselhar os seus clientes o melhor possível, as instituições financeiras necessitam de ter acesso a informação aplicada, como, por exemplo, previsões de alterações climáticas, modelação, análises e interpretação, disse o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), referindo-se ao estudo *Advancing adaptation through climate information services – Results of a global survey on the information requirements of the financial sector*, que se baseia num inquérito a mais de 60 instituições, que aquele organismo das Nações Unidas preparou, em cooperação com o Sustainable Business Institute da Alemanha.

[Para mais informações](#)

FAO cria ferramenta para atenuar contributo da agricultura para aquecimento global

A Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) iniciou um programa destinado a melhorar a informação mundial sobre emissões de gases com efeito de estufa geradas pela agricultura e avaliar com precisão o potencial de atenuação do aquecimento global deste sector.

Os dados melhorados adquiridos pelo programa "Atenuação das Alterações Climáticas na Agricultura" da FAO (programa MICCA), que receberá 5 milhões de dólares de fundos da Alemanha e da Noruega, serão disponibilizados através de uma base de conhecimento mundial electrónica que apresentará perfis das emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura e identificará as melhores formas de atenuar o aquecimento global

mediante a adopção de práticas agrícolas melhoradas.

Segundo a FAO, a possibilidade de aceder a dados melhorados dará aos governos, aos responsáveis pelo planeamento do desenvolvimento, aos agricultores e às agro-indústrias uma ferramenta que poderão utilizar para obter financiamentos internacionais para projectos de atenuação e para a definição e implementação de políticas, programas e práticas destinados a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da agricultura e aumentar a quantidade de carbono sequestrado nas explorações agrícolas.

[Para mais informações](#)

ONU salienta a dificuldade de estabelecer equilíbrio entre erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável

Eradicar a pobreza mundial e, simultaneamente, promover o desenvolvimento sustentável é o principal desafio que o mundo enfrenta, pois está a tornar-se claro que o progresso económico baseado no actual modelo de produção e consumo é cada vez mais prejudicial para o ambiente, diz um novo relatório das Nações Unidas, divulgado hoje.

O relatório, intitulado *Objective and Themes of the United Nations Conference on Sustainable Development*, faz notar que, apesar de duas décadas de progressos, desde que os países definiram um plano para o desenvolvimento sustentável, na Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro, a utilização dos recursos naturais do planeta continua a danificar ecossistemas cruciais.

O estudo diz que, embora muitos países estejam a incorporar o conceito de economia verde nas suas orientações políticas, a maioria não possui uma estratégia global

destinada a promover uma economia verde em prol do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Afirma que o conceito de "economia verde" deve ser flexível, de modo a permitir que os governos definam o caminho que os conduzirá ao desenvolvimento sustentável, com base nas circunstâncias e prioridades nacionais.

Segundo o relatório, o desafio, porém, é que, enquanto os países desenvolvidos se concentram mais em resolver os problemas ambientais, os países em desenvolvimento devem continuar a aumentar o nível de vida das suas populações, procurando simultaneamente combater os impactos ambientais adversos.

[Para mais informações](#)

2010 um dos anos em que se registaram mais mortes provocadas por catástrofes naturais



durante o Verão, a qual vez cerca de 56 000 mortos.

"Estes números são maus, mas poderiam ser considerados insignificantes nos próximos anos. Se não agirmos agora, veremos catástrofes cada vez mais frequentes, em consequência da urbanização selvagem e da degradação do ambiente", sublinhou a Representante Especial do Secretário-Geral para a Redução dos Riscos de Catástrofe, Margareta Wahlström, depois da publicação desses números. "As catástrofes naturais ligadas ao clima aumentarão também no futuro, nomeadamente devido às alterações climáticas", acrescentou.

Em 2010, registaram-se 373 catástrofes naturais que mataram mais de 296 800 pessoas, afectaram mais de 20 milhões e custaram cerca de 110 mil milhões de dólares aos Estados, afirma um relatório do Centro de Investigação sobre a Epidemiologia das Catástrofes (CRED) da Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica, realizado em parceria com a Estratégia Internacional de Redução de Catástrofes (UNISDR), o órgão da ONU encarregado de ajudar a coordenar os esforços para conseguir uma redução substancial das perdas causadas por catástrofes e tornar os países e comunidades resilientes.

As duas catástrofes que causaram um maior número de vítimas mortais foram o sismo de 12 de Janeiro, no Haiti, que matou mais de 22 500 pessoas, e a vaga de calor na Rússia,

[Para mais informações](#)

ONU reafirma apoio ao tribunal para o Líbano no sexto aniversário da morte do antigo Primeiro-Ministro



O Secretário-Geral Ban Ki-moon assinalou, a 14 de Fevereiro, o 6º aniversário do assassinio do antigo Primeiro-ministro libanês, Rafiq Hariri, sublinhando o apoio das Nações Unidas ao tribunal criado para descobrir a verdade, apesar das notícias das tentativas do Hezbollah para o encerrar.

“O Secretário-Geral reafirma o empenhamento das Nações Unidas nos esforços do Tribunal Especial para o Líbano para descobrir a verdade, de modo a levar os responsáveis perante a justiça e transmitir uma mensagem de que a impunidade não será tolerada”, diz uma declaração emitida pelo seu porta-voz.

O Governo libanês anterior, liderado pelo filho de Rafiq Hariri, Saad, caiu em Janeiro, depois de 11 ministros do

Hezbollah e seus aliados se terem demitido. Ban Ki-moon exortou o Governo recém-nomeado, liderado por Najib Mikati, a continuar a cooperar com o Tribunal, criado na sequência de uma investigação realizada pela Comissão Internacional Independente de Investigação, depois de uma missão anterior da ONU ter descoberto que a investigação levada a cabo pelo Líbano ao atentado tinha falhas graves.

O Tribunal recebeu a sua primeira acusação em Janeiro, mas, nesta fase, o seu conteúdo continua a ser confidencial.

A declaração de 14 de Fevereiro diz que Ban Ki-moon “se une ao povo do Líbano na comemoração da vida e das realizações de Rafiq Hariri e reitera as suas condolências às famílias das vítimas deste crime”. Exorta também à plena implementação de todas as resoluções do Conselho de Segurança relacionadas com o Líbano.

[Para mais informações](#)

Líder rebelde ruandês procurado por suposta prática de crimes na República Democrática do Congo entregue ao TPI



Callixte Mbarushimana, um líder rebelde ruandês acusado de ter cometido crimes de guerra e crimes contra a humanidade na República Democrática do Congo (RDC), foi entregue e transferido, a 25 de Janeiro, para o Tribunal Penal Internacional (TPI), o que constituiu um acontecimento saudado pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon.

Callixte Mbarushimana é o Secretário Executivo das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), a expressão mais recente dos grupos rebeldes ruandeses criados pelos hutus do Ruanda responsáveis pelo genocídio dos tutsis e dos hutus moderados naquele país, em 1994.

Detido em França no passado mês de Outubro, o líder rebelde é pretensamente responsável criminalmente por 11 casos de crimes contra a humanidade e crimes de guerra nas províncias

congolesas orientais dos Kivus Norte e Sul, nomeadamente homicídios, torturas, violações, ataques a civis, destruição de bens, tratamento desumano e perseguição.

“É um dia extraordinariamente importante”, afirmou o Procurador do TPI, Luis Moreno-Ocampo, numa conferência de imprensa, em Nova Iorque, chamando a atenção para o impacto deste último acontecimento na RDC, e em especial nas províncias orientais dos Kivus Norte e Sul, onde as FDLR estiveram implicadas em “crimes horrendos”.

Por sua vez, Ban Ki-moon saudou a entrega de Callixte Mbarushimana ao TPI, na Haia, pelas autoridades judiciais francesas.

[Para mais informações](#)

Somália: ONU lança novo plano de combate à pirataria que exorta a um maior apoio naval



As Nações Unidas lançaram, a 3 de Fevereiro, um plano de acção para combater a pirataria ao largo da costa da Somália que exorta a um maior apoio das marinhas nacionais, tendo em vista enfrentar uma “ameaça mundial” que põe em risco não só o comércio internacional mas também o fornecimento, pela ONU, de ajuda alimentar vital a milhões de pessoas com fome.

“Não estamos orgulhosos dos resultados obtidos até agora nem estamos satisfeitos com eles” afirmou o Secretário-Geral da Organização Marítima Internacional (OMI) das Nações Unidas, Efthimios Mitropoulos, no lançamento oficial do plano, na sede do seu organismo, em Londres.

Segundo Efthimios Mitropoulos, só no ano passado, houve 286 incidentes relacionados com pirataria ao largo da costa da Somália, que resultaram em 67 navios desviados, com 1130

marinheiros a bordo; por outro lado, um estúdio recente estimou que o custo, para a economia mundial, das perturbações do comércio internacional se situava entre 7 mil e 12 mil milhões de dólares.

Ao lançar formalmente o plano, o Secretário-Geral Ban Ki-moon exortou a uma estratégia a longo prazo de dissuasão, segurança, primado do direito e desenvolvimento para combater o flagelo.

“Embora a pirataria se manifeste no mar, as raízes do problema encontram-se em terra”, afirmou Ban Ki-moon. “Essencialmente, a pirataria é um delito criminal causado pelas dificuldades económicas e que floresce na ausência de uma aplicação eficaz da lei”.

“É preciso fazer mais. Temos de ir além dos esforços impressionantes de dissuasão e velar por que sejam levados a cabo em concertação com os outros elementos da estratégia em terra. Precisamos de apoiar meios de vida alternativos e a recuperação das pescas costeiras”, afirmou Ban Ki-moon.

[Para mais informações](#)

Director Executivo do UNODC sublinhou importância da cooperação no combate ao terrorismo



O responsável pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) sublinhou a necessidade de fortalecer a cooperação regional e inter-regional em matéria de repressão e prevenção, no contexto da luta mundial contra o terrorismo, salientando ainda que todos os Estados têm um interesse comum em prevenir esta ameaça.

Usando da palavra numa reunião inter-regional de países do Golfo Pérsico e regiões vizinhas, que teve lugar em Riade, na Arábia Saudita, a 13 de Fevereiro, Yuri Fedotov, Director Executivo do UNODC, encorajou a partilha de

conhecimentos, experiência e boas práticas no domínio da prevenção do terrorismo.

“Todos os países aqui representados partilham os mesmos objectivos de pôr termo à propagação do terrorismo e prevenir ataques terroristas, por isso é de interesse geral que trabalhem em conjunto e se ajudem mutuamente”, disse Fedotov.

Os ataques terroristas na região são facilitados pelos frutos do contrabando de ópio do Afeganistão para o Ocidente, do crime organizado e da corrupção, os quais constituem problemas que podem ser combatidos mais eficazmente através de uma abordagem global baseada na cooperação, disse Yuri Fedotov.

[Para mais informações](#)

Portugal no Conselho de Segurança – uma agenda em construção

Portugal iniciou em Janeiro de 2011 o seu terceiro mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eleito pela Assembleia Geral da ONU para um mandato de dois anos, Portugal viu, assim, reconhecido o seu empenho na paz pelo multilateralismo, na resolução partilhada dos grandes problemas globais e na diplomacia multilateral como o grande instrumento de política internacional.

Portugal é membro das Nações Unidas desde 14 de Dezembro de 1955. Desde então, tem colhido apoios e vitórias – feitas eleições para órgãos restritos, feitas nomeações para lugares de vanguarda na elaboração do direito internacional, por exemplo. Após um período conturbado, centrado na questão colonial e nas obrigações que resultavam do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Portugal tem vindo a afirmar-se como um estado com uma política onusiana proactiva de progressivo aprofundamento de uma relação que muitos estados têm relegado para segundo e terceiro lugar em favor de integrações regionais em acelerado ritmo – como o caso de alguns estados europeus. De facto, é curioso e interessante, quer do ponto de vista académico quer do ponto de vista pragmático/político, tentar perceber o que faz com que, num período de notório recuo no envolvimento na Organização, que Portugal manifeste uma vontade e uma eficácia crescentes em participar na produção normativa das Nações Unidas e na implementação dos programas da mesma. Os últimos 10 anos são prova cabal desta contra-corrente que ficou coroada por um português como Alto Comissário das Nações para os Refugiados, António Guterres, com a eleição da primeira mulher para a Comissão de Direito Internacional no que foi também a melhor votação de sempre de um nacional numa eleição nas Nações Unidas, Paula Escarameia, na nomeação de um português para Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações e Enviado Especial do SG da ONU para a Luta contra a Tuberculose, Jorge Sampaio, da atribuição a uma portuguesa de um mandato para as questões ligadas ao direito à água potável e ao saneamento, Catarina Albuquerque, e apenas para nomear alguns sucessos...

A eleição de Portugal para o Conselho de Segurança é fruto de tudo isto e de uma participação exemplar em missões de paz. A

primeira vez que Portugal participou numa missão das Nações Unidas foi em 1989 com o envio de 24 observadores para a missão das Nações Unidas na Namíbia. Desde então Portugal já participou em 37 missões, estimando-se em 10000 o número de homens e mulheres envolvidos. Hoje, Portugal tem 345 elementos em três missões de paz (UNAMA – Afeganistão; UNIFIL – Líbano e UNMIT – Timor-Leste) ocupando o 40.º lugar no ranking dos países fornecedores de pessoal. A qualidade da participação de Portugal nestes processos é reconhecida publicamente em acções como o convite expresso do Secretário Geral das Nações Unidas ao Presidente da República Portuguesa, por alturas da Cimeira da NATO em Lisboa, em Novembro de 2010, para o envio de mais mulheres polícias para Timor-Leste.

Portugal terá ao longo destes próximos dois anos que gerir os dossiers Coreia do Norte e Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* (que nos foram entregues pelo Conselho) e que reagir a uma agenda complexa e em mutação; a imprevisibilidade de acontecimentos ou pelo menos da sua magnitude – como as crises actuais no Médio Oriente e Norte de África – faz com que a presença no órgão com a principal responsabilidade pela paz e segurança internacionais seja um desafio constante, e na acepção mais directa da expressão. Além desta capacidade de ler, interpretar e dar resposta às tensões internacionais, Portugal tem uma agenda sua que irá propor e fazer debater. Aqui incluir-se-ão temas como a Guiné-Bissau e a estabilidade da região da África Oriental, a renovação e reformulação do mandato da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste – no que diz respeito aos enfoques geográficos; tematicamente Portugal está muito empenhado em promover e apoiar debates como o que acabou de se desenrolar sobre o nexó Segurança e Desenvolvimento – Portugal tem inclusive uma estratégia nacional sobre segurança e desenvolvimento de Agosto de 2009 – agendado pelo Brasil; também a questão da reforma do Conselho de Segurança é um tema caro a Portugal pela ligação estreita que tem ao Brasil, candidato a membro permanente, e pela pertença à União Europeia que busca uma participação reforçada na Assembleia Geral e vê o seu lugar no Conselho debatido: deverá a União aspirar a um lugar próprio no Conselho ou deverá favorecer a

representação actual lutando pela manutenção do *statu quo*? (A União Europeia tem neste momento 4 estados membros no Conselho de Segurança: o Reino Unido e a França como Membros Permanentes e Portugal e Alemanha como Membros Não Permanentes - este último um sério candidato a Permanente). As alterações climáticas e o seu potencial para gerar conflitos, a agenda mulheres paz e segurança em cumprimento da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, são outros dossiers que Portugal tem acompanhado de perto e sobre os quais tem desenvolvido pensamento e visão própria. A presidência portuguesa do Conselho será em Novembro deste ano e esse será um ponto de entrada óptimo para discutir alguns destes assuntos que se têm revelado globais e fundamentais para a manutenção da paz e segurança internacionais.

Um país com uma política onusiana como a nossa, com a apetência pela paz pelo direito e pela governação pelas organizações internacionais como a que temos revelado é um país que compreende que os problemas por serem globais urgem soluções globais. Portugal foi já por várias vezes um país que deu mundos ao mundo, que alargou as fronteiras do saber e a dimensão da acção humana; esta visão traduz-se no mundo de hoje num empenho em espaços que transcendem os espaços nacionais, em plataformas de convergências de interesses que permitam a gestão conjunta daquilo que não pode e não deve ser gerido isoladamente. É por esta razão, por ser maior do que a sua contingência, que Portugal está no Conselho de Segurança.

Mónica Ferro

Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista da autora, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

A ONU e a UE

(<http://www.europa-eu-un.org/>)

[EU Statement - United Nations Security Council: Post-conflict Peacebuilding: Institution-Building](#)

(22 de Janeiro de 2011)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10592_en.htm

[EU HR Ashton addresses UN Security Council on Cooperation between the UN and regional and subregional organizations](#)

(8 de Janeiro de 2011)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10651_en.htm

[EU Intervention - United Nations Plenary: Disaster Risk Reduction](#)

(9 de Fevereiro de 2011)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10660_en.htm

[EU Statement - United Nations Security Council: Interdependence between security and development](#)

(11 de Fevereiro de 2011)

http://www.europa-eu-un.org/articles/en/article_10662_en.htm

O CANTO DA RÁDIO ONU*

O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros de Portugal falou à Rádio ONU, em Nova Iorque, antes de seu discurso a II de Fevereiro, no Conselho de Segurança, sobre desenvolvimento e paz. Na entrevista, conduzida por Monica Villela Grayley, Luís Amado comentou igualmente a situação na Guiné-Bissau, o período pós-referendo no Sudão e a difusão da língua portuguesa no mundo.



RO: Qual é a posição de Portugal relativamente à proposta de aliar paz e segurança?

LA: Há muito tempo que nos vimos batendo para que haja mais coerência na abordagem dos temas da segurança e do desenvolvimento. Existiu, durante demasiado tempo, muita dificuldade em reflectir sobre estas duas problemáticas de forma coerente. Quando fui ministro do Desenvolvimento, levantava, com os meus colegas europeus, o problema da necessidade em apoiar as condições de segurança no terreno, nos processos de *peacekeeping*, valorizando as capacidades institucionais no plano da defesa e da segurança. Muito dinheiro foi investido tanto na ajuda humanitária como nas actividades económicas mas, depois, sem condições de segurança e sem condições de defesa, todos esses processos se desvaneceram rapidamente.

Hoje, as concepções mais avançadas em matéria de política de desenvolvimento, *peacekeeping* e *peacebuilding* têm já muito em consideração a necessária interdependência entre estas duas dimensões fundamentais de estabilização de qualquer país ou região. Foi com grande oportunidade que a presidência brasileira introduziu este tema na agenda do Conselho de Segurança.

RO: O Brasil se baseia no modelo haitiano para apresentar essa proposta. O que se espera na prática? Já vai haver um mandato no momento da saída das tropas, que inclua o desenvolvimento?

LA: Vamos, seguramente, ter no Conselho de Segurança um momento de sensibilização ao mais alto nível para esta problemática muito específica do desenvolvimento e da segurança. São dois pilares de um mesmo processo, sem os quais não há como permitir a viabilidade de um ou de outro. É um caminho que se vai fazendo. Este debate não é pioneiro. Teve início nos anos 90, ao nível do Conselho de Segurança, especialmente centrado na questão de estabilização da paz e de segurança em África. Desde então, verificou-se um conjunto de desenvolvimentos importantes. O relatório de 2011 do Banco Mundial é precisamente dedicado ao tema da segurança e do desenvolvimento. Por isso, temos confiança, também, no papel que as organizações de desenvolvimento, designadamente o Banco Mundial, podem vir a assumir no futuro.

RO: Ministro Luís Amado, rapidamente sobre Côte d'Ivoire, como é que se pode solucionar o impasse criado pela figura de dois presidentes num só país?

LA: Parece que ninguém sabe porque o problema não tem, ainda, solução à vista. A posição da comunidade internacional e das Nações Unidas é clara: há um presidente legítimo eleito e há um resistente, na sua posição de ex-presidente da Costa do Marfim, que não abdica do seu lugar. Terá necessariamente que continuar a haver uma negociação!

RO: A partilha do poder pode ser uma opção?

LA: Conhecendo as experiências quer do Zimbábue, quer do Quênia, parece-me muito difícil, hoje, face à natureza das decisões tomadas e das posições que foram assumidas pela comunidade internacional e pelas partes. Julgo ser difícil uma solução de partilha de poder naqueles termos. Mas, se existir abertura para negociar atendendo aos interesses das partes em confronto, pode, eventualmente, ser a única solução para este conflito.

RO: Sudão: o referendo sobre secessão caminhou sem problemas de maior, mas ainda existem Abyei e Darfur. Grandes desafios, não?

LA: Sim, a par de outros! E falta ainda a estabilização, o processo de separação entre o Norte e o Sul... vamos ver como se vai materializar essa separação. Até agora, felizmente, tudo tem corrido bem: as partes aceitaram com dignidade as decisões que decorreram do processo em curso. Mas veremos como tudo terminará, é um dossier muito difícil. É preciso não esquecer o enquadramento que este processo, já de si tão complexo, passou a ter com os desenvolvimentos no mundo árabe e as novas dinâmicas que, tanto a situação na Tunísia como no vizinho Egipto, introduziram na região. São dinâmicas que têm tido desenvolvimentos muito inesperados.

Poderemos continuar a ser confrontados com novas surpresas nessas novas dinâmicas sociais e políticas que estes processos estão a gerar. Por isso, tudo o que se possa adiantar relativamente a um dossier tão complexo como esse, será do meu ponto de vista, prematuro nos quadros que apresento.

RO: Existe uma grande preocupação com Portugal e Espanha depois do que aconteceu na Irlanda. Principalmente na América Latina que depende de investidores estrangeiros portugueses e espanhóis. Existe uma possibilidade de vir a pedir ajuda da UE ou do FMI; qual a situação em casa neste momento?

LA: A União Europeia, na sequência da crise financeira que o mundo conheceu, sofreu um particular impacto no que se refere à expectativa que os mercados criaram. É sabido que o euro exprime uma união monetária sem uma verdadeira união económica e, por isso, é uma união

monetária imperfeita. Num período de grande agitação e turbulência dos mercados financeiros, na sequência da crise, não poderia deixar de suscitar, também, grande reserva da parte dos mercados. E isso reflecte-se nas chamadas economias periféricas, as quais viram acentuar-se os seus problemas de desequilíbrios macroeconómicos na sequência da crise. Trata-se, no fundo, de um problema do euro e da necessidade que todos sentimos de reforçar as condições de sustentabilidade e de estabilidade da moeda comum europeia. Isso passa, necessariamente, por um reforço da união económica. Sem uma união económica mais forte não haverá condições para estabilidade de uma moeda comum. Isso é, também, dos manuais de economia.

Creio que as decisões do último Conselho Europeu, em Bruxelas, e as orientações que os principais governos apresentaram, relativamente à preparação de decisões do Governo Económico Europeu para o Conselho de Março, são, seguramente, um caminho irreversível para a estabilização da situação na zona euro, independentemente de alguns problemas que algumas economias possam continuar a ter na avaliação que é feita das suas condições de sustentabilidade.

RO: Portugal tem tentado ajudar com a resolução da situação política da Guiné-Bissau. Foi necessária uma reforma de segurança, onde o Brasil e outros países de língua portuguesa também têm ajudado. Mas parece que há um desafio nessa área. O que pode ser feito ainda?

LA: É um processo muito longo. Do ponto de vista político, penso que a população e a sociedade civil guineense têm revelado uma grande maturidade democrática porque, ao longo destes anos, foram demonstrando uma firme vontade em consolidar a vida política e em respeitar princípios e regras de governação democrática. Mas, de facto, há um problema na definição do sistema de segurança e de defesa que se traduz na transição de um sistema militar muito tributário da guerra – ainda da guerra contra a potência colonial – que teve dificuldades em adaptar-se às condições de segurança de forças que devem actuar como garante da democracia e da estabilidade num país que quer ser uma democracia em África.

Acredito que esta transição está em desenvolvimento. Depois dos problemas do passado mês de Abril de 2010 e das mudanças violentas que ocorreram na sua estrutura militar, o processo de diálogo interno entre órgãos legítimos eleitos – como são o primeiro-ministro e o presidente da República – com essas estruturas militares e a capacidade que têm evidenciado para, apesar de tudo, manter uma agenda de reforma do sector de segurança e defesa como prioridade para o país, se essa prioridade se mantiver, acredito que o ano de 2011 pode ser, definitivamente, o ano de transição.

(continua na página 21)

CANTO DA RÁDIO ONU* (continuação da página 20)

RO: Estamos em Nova Iorque, nos Estados Unidos, onde mais de 1 milhão de portugueses e luso-descendentes falam a língua portuguesa. Neste momento, o Brasil preside o Conselho de Segurança. Portugal é um outro membro rotativo, Timor Leste vai ser discutido e Guiné-Bissau, talvez. Não seria o momento para dar destaque à língua portuguesa?

oficial nas principais organizações internacionais como a União Europeia, a União Africana, a OEA, o Mercosul e em outras organizações que Portugal, Brasil ou Angola e Moçambique integram. A seu tempo, o sistema das Nações Unidas fará justiça a uma língua que tem esta dimensão e profundidade universal e, seguramente, passará a utilizá-la também nas actividades quotidianas das suas agências e organizações.

todos os nossos países. Temos, em conjunto, que assumir esse desígnio. Esse trabalho está a ser feito passo-a-passo. Seguramente, o sistema das Nações Unidas virá a acolher este objectivo. O peso geopolítico do Brasil e a garantia de vir a ser membro permanente do Conselho de Segurança são uma prova eficaz de que esta será mais uma língua do sistema das Nações Unidas.

LA: A língua portuguesa tem, naturalmente, já hoje um destaque no sistema das Nações Unidas. Não é ainda uma língua oficial da ONU, mas é

Há um entendimento na CPLP no sentido de dar um novo impulso a essa vocação universal e fazer dela um elemento de identidade geoestratégica de

* Colaboração da Rádio ONU

Novos sítios Web

General Assembly - Preparations for 66th Session High-level Events

<http://www.un.org/en/ga/president/65/issues/index.shtml>

Office of the Special Adviser on the Prevention of Genocide - enhanced website

English: <http://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/>

Paz e segurança

New Peacekeeping Website launched

<http://www.un.org/en/peacekeeping/>

Ten-year Impact Study on Implementation of UN Security Council Resolution 1325 (2000) on Women, Peace and Security in Peacekeeping: Final Report to the United Nations Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support

http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/10year_impact_study_1325.pdf

United Nations Peacekeeping Operations – Fact Sheet: 31 January 2011 (DPI/1634/Rev.117, February 2011)

English: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote010101.pdf>

French: <http://www.un.org/fr/peacekeeping/documents/bnotepkf.pdf>

United Nations Political and Peacebuilding Missions – Fact Sheet: 31 December 2010 (DPI/2166/Rev.91, January 2010)

English: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/ppbm.pdf>

French: <http://www.un.org/french/peace/peace/pdf/ppbmf.pdf>

Desenvolvimento Económico e Social

Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in the Arab Countries (UNDP)

English & French: <http://www.arab-hdr.org/>

Global Status Report on Alcohol and Health 2011 (WHO)

http://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/en/index.html

migratory – on online inventory of sources of migration in Europe, Central Asia and North America

<http://www.unece.org/stats/migratory/>

UNECE's Statistical Division has developed an inventory of information sources and institutions dealing with migration issues. This inventory identifies over 1,700 sources located in the UNECE region. "migratory" delivers quickly and easily information on migration at national, regional and international level.

Progress on sanitation and drinking-water 2010 update (WHO/UNICEF)

http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/9789241563956/en/index.html

"SCORE THE GOALS: Teaming Up to Achieve the Millennium Development Goals" (An educational comic book about the MDGs)

English, French & Spanish: <http://www.un.org/wcm/content/site/sport/home/resourcecenter/comicbook>

State of the World's Fisheries and Aquaculture (FAO)

English: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820e/i1820e00.htm>

French: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820f/i1820f00.htm>

Spanish: <http://www.fao.org/docrep/013/i1820s/i1820s00.htm>

Direitos humanos

Delivering as One on Gender-Based Violence (UNFPA)

<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2011/GLOBAL%20CONSULTATION%20ON%20GBV%20-REPORT.pdf>

Pode encontrar estas e muitas outras informações úteis no
Boletim da Biblioteca do UNRIC

PUBLICAÇÕES – Janeiro-Fevereiro de 2010

The Children Left Behind: A League Table of Inequality in Child Well-being in the World's Rich Countries

Código de Venda:
10.XX.7

ISBN 13:
9788889129999

Publicado em
Fevereiro de 2011
Disponível em inglês



Economic Insecurity and Development

Código de Venda:
11.II.C.3

ISBN 13: 9788125037743

Publicado em Fevereiro
de 2011
Disponível em inglês e
espanhol



Climate Action 2010-2011: Assisting Business Towards Carbon Neutrality

Código de Venda:
11.III.D.5

ISBN 13: 9780955440878

Publicado em Fevereiro
de 2011

Disponível em inglês



European Agreement Concerning the International Carriage of Dangerous Goods by Inland Waterways (ADN 2011) Including the Annexed Regulations, Applicable as from 1 January 2011

Código de Venda: 10.VIII.2

ISBN 13: 9789211391381

Publicado em Fevereiro de 2011
Disponível em inglês, francês e russo



World Economic Situation and Prospects 2011 (PDF)

Código de

Venda: 11.II.C.2P

ISBN 13:
9789210547178

Publicado em
Janeiro de 2011
Disponível em
inglês



MDG Gap Task Force Report 2010: The Global Partnership for Development at a Critical Juncture (PDF)

Código de Venda:
10.I.12 P

ISBN 13:
9789210547291

Publicado em
Fevereiro de 2011
Disponível em
inglês



Poderá encontrar estas e outras publicações na página da internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:
<https://unp.un.org/>

AVISO E AGRADECIMENTOS

Este é o último número do boletim do UNRIC elaborado sob a minha responsabilidade.

Agradeço a todos os que, ao longo destes seis anos, me ajudaram a tornar este projecto uma realidade, aos que o enriqueceram, colaborando connosco, e aos leitores que me animaram a prosseguir.

Ana Mafalda Tello

CALENDÁRIO MARCO DE 2011

Dia Internacional da Mulher
8 de Março

Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial
21 de Março

Dia Mundial da Água
22 de Março

Dia Internacional da Recordação das Vítimas da Escravatura e do Tráfico Transatlântico de Escravos
25 de Março

Directora do UNRIC:

Afsané Bassir-Pour

Responsável pela publicação:

Ana Mafalda Tello

Redacção:

Mauro Santos e Patrícia Carvalho

Concepção gráfica:

Gregory Cornwell